

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

LAURA MORILO CANABARRO

**PROCESSO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NO CAM: INCLUSÃO
SOCIAL EM DEBATE**

**São Borja
2019**

LAURA MORILO CANABARRO

**PROCESSO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NO CAM: INCLUSÃO
SOCIAL EM DEBATE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof^a. Dra^a. Simone Barros de Oliveira

**São Borja
2019**

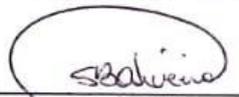
LAURA MORILO CANABARRO

**PROCESSO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NO CAM: INCLUSÃO
SOCIAL EM DEBATE**

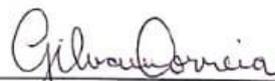
Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social
da Universidade Federal do Pampa, como
requisito parcial para obtenção do Título
de Bacharel em Serviço Social.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 02/12/19/.

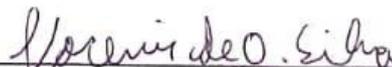
Banca examinadora:



Prof^a. Dra. Simone Barros de Oliveira
Orientadora
(UNIPAMPA)



Prof^a. M.^a. Gilvane Belem
(UNIPAMPA)



Prof^a. Dr. Jocenir de Oliveira Silva
(UNIPAMPA)

Dedico este trabalho aos meus pais Lorete e Gilberto, a minha irmã Pamela, aos meus sobrinhos Arthur e Heitor e ao meu namorado Guilherme que não mediram esforços para que eu pudesse realizar esta conquista, sempre me apoiando e cuidando de mim com muito amor. Gratidão, eu Amo Vocês.

AGRADECIMENTO

Primeiramente agradeço a DEUS pelo dom da vida e por estar sempre ao meu lado, me abençoando neste ciclo da minha vida, pois se não fosse ele eu não estaria aqui, também agradeço a minha família, meus pais Lorete e Gilberto, minha irmã Pamela, meus sobrinhos Arthur e Heitor e meu namorado Guilherme, que não mediram esforços para que eu pudesse realizar essa conquista, vocês foram à base de todo meu esforço para chegar até aqui, pois me ensinaram a nunca desistir, e sempre correr atrás dos meus sonhos. Mãe e Pai a minha formação não é por mim mas sim por vocês, AMO MUITO VOCÊS. Guilherme, muito obrigada por tudo, obrigada por passar madrugadas comigo me ajudando no processo de construção do TCC e por cuidar de mim nos momentos de aflição e ansiedade, onde muitas vezes tive medo de não conseguir, mas tu sempre estavas aqui para me dizer que ia da tudo certo, sou muito grata por tudo que fizeste e faz por mim, EU TE AMO. Gratidão DEUS por fazer parte dessa família. Agradeço a vocês pelo carinho, atenção e compreensão dedicados a mim todos esses anos. Conseguimos juntos essa conquista, porque sem o apoio de vocês e de DEUS eu não teria chegado até aqui, pois são a base de tudo na minha vida. Aos meus colegas de curso que foram essenciais nesse processo de formação, pois juntos construímos conhecimento, dividindo nossas experiências, em especial as minhas colegas Larissa Fonseca, Luciane Dal 'Osto, Patrícia Manzoni e Aline Dias, obrigada pelo carinho, amizade e atenção durante esses quatro anos, irei guardar vocês sempre em meu coração, pois são muito especiais para mim. Gratidão a minha amiga querida Fernanda, minha curica, por tudo que fizeste por mim, só tenho há te agradecer por estar sempre comigo e por ser minha amiga, onde nunca me abandonaste e sempre estive contigo nos momentos em que mais precisei em minha vida. Eu sempre te digo que tu és uma mulher guerreira e merece tudo que há de melhor em tua vida. Amo tu! E minha amiga Andréia que por motivos da vida teve que ir embora, mas que contribuiu muito na minha vida e na minha formação, sempre dando os melhores conselhos e as melhores gargalhadas. Muita saudade minha amiga, mas se assim Deus permitir nos encontraremos nesse mundão a fora. Tu és uma mulher incrível e eu te admiro muito! Agradeço também a todos os/as professores do curso que fizeram parte da minha formação e contribuíram muito nesse processo. Agradeço também a minha supervisora de campo no Estágio I e II, Carmem Regina

Vaz dos Santos, obrigada por toda atenção dedicação em orientar a prática profissional, és uma profissional dedicada e merece tudo de especial em sua vida. E toda a equipe do CAM pelo acolhimento nesse momento tão importante da graduação. Agradeço por todo aprendizado adquirido com vocês, acrescentou muito para minha vida. Agradeço a minha orientadora Professora Simone, por toda dedicação nesse processo, és uma profissional e pessoa admirável e exemplar naquilo que faz, merece todas as coisa boas do mundo, sempre falo que a senhora foi uma mãezona para mim, pois não media esforços para me auxiliar na construção do meu TCC. Gratidão professora por tudo, por aceitar orientar meu trabalho, pela dedicação, paciência, apoio, por todo conhecimento transmitido, pelas mensagens respondidas no whatsapp, em qualquer horário, obrigada pelos abraços confortantes, pelas conversas, por todo carinho e por ter caminhado junto comigo. Levarei a senhora sempre em meu coração. Agradeço também aos convidados/as que aceitaram fazer parte da minha banca de TCC, a professora Gilvane e o professor Jocenir, muito obrigada por estarem contribuindo com mais uma parte de minha formação. Enfim, quero agradecer a todos/as que de alguma forma fizeram parte da minha trajetória na Universidade nesses quatro anos, e que contribuíram para a minha formação. Obrigada por fazerem tudo isso valer a pena, vocês tem a minha eterna gratidão.

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”.

(Paulo Freire)

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social busca refletir e problematizar os preconceitos socialmente vivenciados por Pessoas com Deficiência, a fim de sensibilizar o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento e resistências, com vistas a contribuir para o fortalecimento da categoria profissional nos espaços sócios ocupacionais de Educação Inclusiva. Pretende agregar novos saberes com o trabalho interdisciplinar e Intersetorial, apresentando informações de forma reflexiva e propositiva a respeito dos processos de inclusão e exclusão social. A aproximação com esse contexto de inclusão social se deu a partir das vivências de estágio profissional. O estudo, foi realizado à luz da teoria crítica, que resultou em relatório teórico prático construído a partir de análise qualitativa da investigação dos documentos elaborados no Estágio Supervisionado I e II em Serviço Social: Análise Institucional, Diários de Campo, Projeto de Intervenção e Relatório de Estágio. Objetiva trazer um recorte sobre a experiência do Projeto de Intervenção em Serviço Social, realizado com o grupo de “deficientes visuais e baixa visão”. As conclusões apontam que esta área de inserção do Serviço Social é necessária para reafirmar o papel transformador desta categoria profissional na realidade social, assim como a importância de uma intervenção interdisciplinar e intersetorial no cenário de inclusão social com vistas a possibilitar novas estratégias para legitimar os Direitos Sociais as Pessoas com Deficiência. Ressalta-se a importância do trabalho do Serviço Social em razão da sua capacidade crítica e investigativa de intervir na realidade social, a impotência das competências profissionais através das dimensões teórico metodológica, ético política e técnico operativa a fim de viabilizar de fato a Inclusão Social.

Palavras-Chave: Pessoas com Deficiência. Inclusão Social. Serviço Social

ABSTRACT

The present Work of Course Completion in Social Work seeks to reflect and problematize the prejudices socially experienced by People with Disabilities, in order to sensitize the development of coping strategies and resistance, with a view to contributing to the strengthening of the professional category in occupational spaces of Inclusive Education. It aims to add new knowledge with interdisciplinary and intersectoral work, presenting information in a reflective and propositive way about the processes of social inclusion and exclusion. The approach to this context of social inclusion came from the experiences of professional internship. The study was conducted in the light of critical theory, which resulted in a practical theoretical report built from a qualitative analysis of the investigation of documents prepared in Supervised Internship I and II in Social Work: Institutional Analysis, Field Diaries, Intervention Project and Report. Internship It aims to bring a cut about the experience of the Intervention Project in Social Work, carried out with the group of “visually impaired and low vision”. The conclusions point out that this area of insertion of Social Work is necessary to reaffirm the transformative role of this professional category in social reality, as well as the importance of an interdisciplinary and intersectoral intervention in the social inclusion scenario in order to enable new strategies to legitimize Rights. People with Disabilities. The importance of the work of the Social Work is emphasized due to its critical and investigative capacity to intervene in the social reality, the impotence of the professional competences through the methodological theoretical, political ethical and operative technical dimensions in order to actually make Social Inclusion feasible.

Keywords: People with Disabilities. Social inclusion. Social service.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quadro Metodológico	19
Quadro 2 – Leis dos Municípios do Rio Grande do Sul para as PCD	38

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

CAM – Centro de Atendimento Múltiplos

CAPENE – Centro de Atendimento Pedagógico a Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais

COMDEPA – Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência de Porto Alegre

CONTRAN – Conselho Nacional de Trânsito

FADERS – Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades no Rio Grande do Sul

MEC – Ministério da Educação

PEP – Projeto Ético Político

PCD – Pessoa com Deficiência

PNE – Política Nacional de Estágio

ONU – Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: PONTO DE PARTIDA PARA A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO.....	14
2 A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SUAS PARTICULARIDADES NO BRASIL.....	23
2.1 Contexto mundial	23
2.2 O Brasil e o atendimento as Pessoas com Deficiência.....	32
2.2.1 A Legislação em favor da Pessoa com Deficiência	34
3 ESTÁGIO PROFISSIONAL: O CAM COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO	47
3.1 O Projeto de Intervenção e a Inclusão Social	49
4 COMPARTILHANDO SABERES: RESULTADOS DA INTERVENÇÃO PROFISSIONAL	52
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: REFLEXÕES À CERCA DOS RESULTADOS.....	75
REFERÊNCIAS.....	80

1 INTRODUÇÃO: PONTO DE PARTIDA PARA A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

“Somos o que fazemos, mas somos, principalmente, o que fazemos para mudar o que somos”.

(Eduardo Galeano).

O presente trabalho de conclusão de curso (TCC) relata a trajetória do exercício profissional a partir do processo de estágio obrigatório em Serviço Social I e II, executado no CAM¹ e se apresenta como relatório teórico prático. Objetiva trazer um recorte sobre a experiência do Projeto de Intervenção em Serviço Social, realizado com o grupo de “deficientes visuais e baixa visão”.

O ponto de partida se dá a partir das aproximações sucessivas com o público-alvo da ação profissional. A temática escolhida para maior aprofundamento teórico com base na intervenção se deu pela necessidade de compartilhar saberes e aprendizados. O exercício profissional levou ao privilégio de participar de um grupo de pessoas com deficiência, e buscar em conjunto com eles, estratégias de resistências aos processos de exclusão social vivenciado por eles. O estudo foi de extrema relevância tanto para a vida pessoal quanto profissional, pois durante o processo de prática profissional obteve-se aprendizados significativos sobre os limites e possibilidades da profissão. Outra motivação para desenvolver este TCC é a o fato de haver pouca produção do Serviço Social nesta área.

A metodologia de trabalho usada no desenvolvimento da prática profissional em estágio I e II, assim como todo processo de construção do TCC se deu a partir da interlocução com o método materialista histórico dialético crítico, enquanto opção teórica, dada as particularidades do objeto de estudo. O movimento de apreensão da realidade necessariamente exige do profissional originalidade e criatividade, com uso de bom senso para a solução de demandas que emergem no cotidiano do exercício profissional.

Ao longo do processo de formação, identificou-se que a pesquisa é de extrema importância para a construção de conhecimentos críticos e reflexivos para romper com a perspectiva do senso comum. Tem-se na pesquisa qualitativa o horizonte desta produção.

¹ Centro de Atendimento Múltiplos.

A pesquisa qualitativa possibilita o conhecimento de trajetórias de vida, permitindo revelar o que os números não falam por si sós, mas que existem vidas humanas por trás das estatísticas, a mesma pode ser feita a partir de entrevistas com sujeito e observação. A pesquisa qualitativa é um método de investigação científica que tem como foco, o caráter subjetivo do objeto analisado, estudando as particularidades e experiências.

Segundo Kosik (1976, p. 20), “a dialética é o pensamento crítico que se propõe a compreender a “coisa em si” e sistematicamente se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade”.

O método materialista histórico dialético crítico analisa a realidade que se manifesta na vida social, considerando que esta se encontra em constante movimento, assim, pode-se afirmar que o método auxilia no desvendamento das intervenções profissionais. Foi no contexto do mundo a vida dos usuários em atendimento no CAM que o projeto de intervenção em serviço social possibilitou compreender a realidade particular de cada integrante do grupo, e assim, elaborar estratégias de resistência para possibilitar transformações na realidade concreta desses sujeitos de direito.

Considerando que a dialética estabelece uma concepção de homem e de mundo inserido na sociedade, é importante ater-se ao movimento das contradições inerentes à realidade social, para tanto, buscou-se aporte da sistematização do conhecimento na pesquisa qualitativa, para a prática profissional.

A pesquisa qualitativa,

[...] responde as questões muito particulares. Ela se ocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantitativo, ou seja, ela trabalha com um universo de significados dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2007 p.21).

A abordagem qualitativa oportuniza revisão e criação de novos conceitos, considerando que ela tem como principal objetivo interpretar o fenômeno que observa, “as representações, e da intencionalidade o objeto de pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos” (MINAYO; GOMES; MINAYO, 2007, p.21). Justifica-se pelo fato de abranger o contexto a partir das vozes dos sujeitos fundamentados pelo arcabouço teórico já produzido na área de estudo.

A fim de compreender o objeto de intervenção profissional com base no referencial dialético, se fez necessário compreender a realidade dos sujeitos a partir de quatro categorias do método dialético, totalidade, historicidade, contradição e mediação. Consideram-se essas categorias como elementos centrais para compreender os fenômenos, em suas dinâmicas e complexidades interconectadas entre si.

A categoria **totalidade**, conforme Konder (2008) é mais do que a soma das partes que a constituem. Na maneira de se articular e constituir uma totalidade, os elementos individuais assumem características que não teriam caso permanecesse fora do conjunto. Para trabalhar dialeticamente com o conceito de totalidade é importante saber qual é o nível de totalização exigido pelo conjunto de problemas que estamos nos defrontando. Interessa nesse estudo situar as experiências dos sujeitos com deficiência frequentadores do CAM.

Diniz (2008) se refere à totalidade como entendimento de que a realidade está totalmente interdependente, inter-relacionada entre os fatos e fenômenos que a constitui.

Assim, a categoria totalidade, possibilita a compreensão dos fenômenos, a partir dessa categoria, é possível realizar uma análise da realidade de forma ampla e abrangente e não fragmentada, com um olhar atento e crítico de modo a contribuir com os sujeitos e a sociedade em geral. Esta categoria permite compreender que o preconceito socialmente construído a Pessoa com Deficiência, não é uma questão particular de um único indivíduo do grupo, mas sim de todo o grupo e de toda uma sociedade.

A **historicidade**, que nada mais é do que o peso dos processos históricos, assim como as transformações necessárias e possíveis para sujeitos que vivenciam suas trajetórias. Dessa forma, a historicidade compreende a constante mudança da sociedade e da natureza (DINIZ 2008). A mesma está diretamente ligada à vida dos sujeitos, essa categoria nunca está isolada. Triviños (1987, p. 80) afirma que a historicidade refere-se ao geral, essa enquanto categoria irá revelar o movimento da constituição histórica criada pela sociedade, ou seja, indo até o passado para a compreensão do presente. São os movimentos históricos que promovem as demandas profissionais.

Este movimento pressupõe a historicidade dos fenômenos sociais, reconhece a processualidade, o movimento e transformação do homem, da realidade e dos fenômenos. Significa que os fenômenos não são estáticos, estão em curso de desenvolvimento e, portanto, só podem ser apreendidos a partir do desvendamento deste movimento, por cortes históricos. (PRATES, 2003, p. 95-96).

Diante do exposto, a categoria historicidade contribuiu no desvendamento da aparência dada na realidade dos sujeitos. Nesse sentido a categoria historicidade contribuiu para esse trabalho, pois possibilitou analisar e verificar os fatores que contribuem para o preconceito socialmente construído às pessoas com deficiência.

A categoria **contradição** é central na dialética, pois expressa uma realidade concreta, e o seu acirramento conduz o pensamento ao movimento que busca superar os impasses em um permanente movimento dialético. A contradição presente no objeto de estudo, evidencia-se no contexto societário, na relação das pessoas com deficiência ao considerá-las no cotidiano como seres incapazes. Passa pela postura conservadora e preconceituosa, mesmo havendo legislações de garantia de direitos, ainda encontram-se pessoas que não consideram a diversidade humana a partir da subjetividade e particularidade de cada um. A contradição se apresenta na não aceitação do que é diferente dos padrões socialmente estabelecidos.

Visto que, a categoria contradição:

[...] é a base de uma metodologia dialética e reflete o movimento mais originário do real. A racionalidade do real está no movimento contraditório dos fenômenos, que são provisórios e superáveis. Portanto, a contradição remete à ideia de movimento, tensionamento, algo que é capaz de criar e destruir, é a luta dos contrários na tentativa de superar conflitos. A contradição permeia as relações dos homens entre si e a dinâmica da sociedade. (CURY, apud. FERREIRA, 2015, p. 14).

Para a compreensão dos fenômenos que na categoria contradição se expressam é preciso um aprofundamento no conhecimento teórico. Prates (2005) refere que a contradição é também uma categoria criadora, pois obriga a superação das realidades sociais perversas.

Diante do exposto, refere-se sobre a categoria **mediação**, que é uma categoria interventiva na realidade social a partir dos processos históricos e contraditórios presentes na totalidade do conjunto da sociedade. Na realidade das Pessoas com Deficiência, possibilita a compreensão de que o preconceito é algo

socialmente construído e que se materializa nas práticas culturais e não apenas visto como algo particular. Ou seja, faz parte de uma cultura universal que precisa ser mediada a partir de processos de trabalho do/a Assistente Social.

Na esfera da universalidade se encontram as grandes determinações e leis tendenciais de um dado complexo social. Leis e determinações estas que na esfera da singularidade ficam ocultas pela dinâmica dos fatos (imediaticidade/facticidade). Na esfera da singularidade cada fato parece explicar-se a si mesmo, obedecendo a uma causalidade caótica. (PONTES, 2007, p.41).

A mediação é uma categoria que se coloca na relação com as outras categorias do método. Apresenta-se na dimensão interventiva no conjunto das manifestações da realidade.

As informações coletadas dos documentos de estágio emergiram a partir do projeto de intervenção em serviço social com os/as usuários do grupo focal que estavam em atendimento na instituição. A pesquisa qualitativa foi escolhida, para proporcionar um melhor aprofundamento de conhecimento sobre o estudo, para tanto, foram utilizados como fontes documentais os documentos produzidos no estágio supervisionado em Serviço Social I e II: Análise Institucional, Projeto de Intervenção, Diários de Campo e Relatório de Estágio com base no quadro metodológico:

Quadro 1- Quadro Metodológico

OBJETIVOS	DOCUMENTOS	REFERENCIAL TEÓRICO
<p>Demonstrar, os preconceitos vivenciados pelas Pessoas com Deficiência;</p>	<p>- Análise Institucional; - Diário de Campo; - Projeto de Intervenção; - Relatório Final de Estágio.</p>	<p>- BERGAMO, Regiane. Educação Especial - Pesquisa e prática. Curitiba, Ibpex, 2010. -CORRENT, Nikolas. Da antiguidade a contemporaneidade: a deficiência e suas Concepções, 2016. - CRESPO, Ana. Pessoas deficientes, invisibilidade, saber e poder, 2011. - FIGUEIRA, Emílio. Caminhando em Silêncio: Uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na História do Brasil. 2008. - FOUCAULT, Michel. A História da Loucura na Idade Clássica. São Paulo: Perspectiva, 1979. -GARCIA, Vinícius. As pessoas com deficiência na história do mundo, 2011. -GUGEL, Maria. A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade. Ampid (associação Nacional dos Membros do ministério Público de defesa dos Direitos dos idosos e Pessoas com Deficiência), 2015. - NEGREIROS, Dilma. Acessibilidade Cultural: por que, onde, como e para quem? Rio de Janeiro, 2014. - RIBAS, João. O que são pessoas deficientes. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998. - SILVA, Otto Marques. “A Epopéia Ignorada”, “Uma Questão de Competência”, “A Integração das Pessoas com Deficiência no Trabalho”. São Paulo: Cedas, 1987.</p>
<p>Problematizar, as vivências de preconceito socialmente construído;</p>	<p>- BRASIL. Ministério Da Educação Secretaria De Educação Especial, Bauru, 2008; - Diário de Campo; - Relatório Final de Estágio.</p>	<p>-DNINZ, Débora; BARBOSA, Lívia; SANTOS, Wederson. Deficiência Direitos Humanos e Justiça. v. 6, n. 11, dez. 2009. - FERNANDES, Idília. A dialética das possibilidades, a face interventiva do Serviço Social. Revista Virtual Textos & Contextos. Nº 4, ano IV, dez. 2005. - GLAT, Rosana. O papel da família na integração do portador de deficiência, 2012. - AVILLA, Ana. Projeto ético-político do serviço social brasileiro e o trabalho profissional, 2017. - IAMAMOTO, Marilda. O serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação social. 22. Ed. São Paulo, Cortez, 2012.</p>
<p>Compartilhar, as estratégias de resistências ao preconceito socialmente construído a pessoas com deficiência.</p>	<p>- BRASIL. Decreto Legislativo 6.949, de 25 de agosto de 2009; - Diário de Campo; - Relatório Final de Estágio.</p>	<p>- FERNANDES, Idília. A dialética das possibilidades, a face interventiva do Serviço Social. Revista Virtual Textos & Contextos. Nº 4, ano IV, dez. 2005. - FERNANDES, Idília; LIPPO, Humberto. A política de acessibilidade universal na sociedade contemporânea. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 12, n. 2, 2013</p>

Fonte: Elaborado pela autora, (2019).

Foram 4 documentos de estágio, 2 legislações federais e 17 bibliografia entre livros e artigos das principais plataformas de domínio público.

Visto que, a coleta de dados é essencial para a análise dos dados, optou-se pela análise de conteúdo. Conforme Bardin (2009), a análise é definida como:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens. (BARDIN, 2009, p. 21).

Segundo Bardin (2009), descrever a história da “análise de conteúdo é essencialmente” referenciar as diligências que marcam o desenvolvimento de um instrumento de análise de comunicações é seguir passo a passo o crescimento quantitativo e a diversificação qualitativa dos estudos empíricos apoiados na utilização de uma das técnicas classificadas sob a designação genérica de análise de conteúdo, “é observar a posteriori os aperfeiçoamentos materiais e as aplicações abusivas de uma prática que funciona há mais de meio século” (BARDIN, 2009, p. 15).

A análise de conteúdo trabalha tradicionalmente com materiais textuais escritos, há dois tipos de textos, os que são construídos no processo de pesquisa, tais como transcrições de entrevistas e protocolos de observações; textos que já foram produzidos para outra finalidade quaisquer, como jornais ou memorandos de corporações. Na análise de conteúdo, o ponto de partida é a mensagem, mas devem ser consideradas as condições contextuais de seus produtores e assenta-se na concepção crítica e dinâmica da linguagem.

Conforme Bardin (2009), a análise de conteúdo se organiza em três fases:

1) pré-análise; 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

A pré-análise é a fase em que se organiza o material a ser analisado com o objetivo de torná-lo operacional, sistematizando as ideias iniciais. Trata-se da organização propriamente dita por meio de quatro etapas: a) leitura flutuante, que é o estabelecimento de contato com os documentos da coleta de dados, momento em que se começa a conhecer o texto; b) escolha dos documentos, que consiste na demarcação que será analisado; c) formulação das hipóteses e dos objetivos; d)

referência dos índices e elaboração de indicadores que envolvem a determinação de indicadores por meio de recortes de texto nos documentos da análise.

A exploração do material constitui a segunda fase, que consiste na exploração do material com a definição de categorias (sistema de codificações) e a identificação das unidades de registros (unidade de significação a codificar corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade base, visando à categorização e a contagem frequencial) e das unidades de contexto nos documentos (unidade de compreensão para codificar a unidade de registro que corresponde ao segmento da mensagem, a fim de compreender a significação exata da unidade de registro).

A exploração do material consiste em uma etapa importante porque possibilita ou não a riqueza das interpretações. Esta é a fase da descrição analítica, a qual diz respeito ao corpus (qualquer material textual coletado) submetido a um estudo aprofundado orientado pelas hipóteses e referências teóricas. Dessa forma, a codificação, a classificação e a categorização são básicas nessa fase.

A terceira fase diz respeito ao tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Nessa etapa é destinada ao tratamento dos resultados, nela a condensação e o destaque de informações para a análise, culminando nas interpretações inferenciais, é o momento da intuição, da análise reflexiva e crítica, aqui se devem apresentar os dados como formas válidas e significativas, para poder apresentar os resultados e para elucidar as informações relacionadas à temática do TCC.

Todo o processo de análise foi realizado através da interlocução entre as categorias do método dialético crítico apresentadas na pesquisa, (totalidade, a historicidade, a contradição e a mediação), além das categorias explicativas da realidade, que emergiram durante o processo do projeto de intervenção, que foi: superproteção, a falta de acessibilidade no Município e o preconceito social.

O trabalho de conclusão de curso está organizado em três dimensões: A dimensão teórica onde se faz o levantamento das principais produções sobre a temática e se constrói um corpus denominado de fundamentação teórica articulando os autores com o conhecimento adquirido ao longo da formação, dessa forma produzindo novos conhecimentos. No segundo momento se apresenta o espaço sócio ocupacional onde se desenvolveu a prática de estágio revelando sua estrutura, o público alvo, o objeto do Serviço Social, as demandas profissionais, as diferentes

competências presentes no exercício interdisciplinar. Por fim, apresenta-se o projeto de intervenção, com os sujeitos relacionados à deficiência, seguido da análise de conteúdo a partir da documentação produzida em estágio profissional.

2 A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SUAS PARTICULARIDADES NO BRASIL

As particularidades da deficiência no Brasil não são muito diferentes das outras nações. Historicamente, as pessoas em situações diferentes dos padrões normativos instituídos pela sociedade patriarcal presentes nas origens da colonização brasileira aos dias atuais, via de regra, são colocados à margem da sociedade. Para compreender em maior profundidade esses processos, recorreremos à literatura de diferentes autores observando a história em diferentes contextos.

2.1 Contexto mundial

Na história da humanidade, a deficiência sempre se fez presente de maneira omissa, julgada, reprimida, condenada, e, algumas vezes aceita, ou seja, de um modo ou de outro a deficiência, sempre fez parte da história da humanidade, seja para a lógica de negação ou aceitação (CORRENT, 2016 p. 02).

Diante disso, a história humana é um surgimento de abrangências que se iguala e passam a defender alguns preceitos que podem ser tanto bons, quanto ruins, injustos ou justos, onde os mesmos podem beneficiar alguns ou prejudicar outros. Perante isso, surge a deficiência, que vai abarcar vários conceitos, valorizados, criticados, excluídos e até mesmo mantidos, mas tudo isso vai depender da época, do contexto histórico, social, econômico e político (CORRENT, 2016).

Na sociedade egípcia as questões de deficiência eram mais tranquilas, não havia a exclusão, o julgamento e a condenação das pessoas com deficiência, pelo contrário, os egípcios eram mais caridosos, demonstravam afeto e preocupação com estes, os mesmos possibilitavam as pessoas com deficiência o trabalho, para que pudessem se sustentar e ter uma vida comum como as demais.

Evidências arqueológicas nos fazem concluir que no Egito Antigo, há mais de cinco mil anos, a pessoa com deficiência integrava-se nas diferentes e hierarquizadas classes sociais (faraó, nobres, altos funcionários, artesãos, agricultores, escravos). A arte egípcia, os afrescos, os papiros, os túmulos e as múmias estão repletos dessas revelações. Os estudos acadêmicos baseados em restos biológicos, de mais ou menos 4.500 a.C., ressaltam que as pessoas com nanismo não tinham qualquer impedimento físico para as suas ocupações e ofícios, principalmente de dançarinos e músicos (GUGEL, 2015, p.02).

Muitas vezes, os egípcios empregavam as pessoas com deficiências nos melhores cargos de funcionalidade dos faraós, tendo como exemplo as pessoas com nanismo², como refere Gugel (2015, p.03), “os especialistas revelam que os anões eram empregados em cargos de altos funcionários, situação que lhes permitia honrarias e funerais dignos”.

De acordo com Gugel (2015, p. 04), o Egito antigo foi por muito tempo conhecido como a Terra dos cegos, essa cegueira se dava em função das tempestades de areias, algo que faz parte do clima daquela região, assim, os egípcios valorizavam as pessoas com deficiência.

O Egito Antigo foi por muito tempo conhecido como a Terra dos Cegos porque seu povo era constantemente acometido de infecções nos olhos, que resultavam em cegueira. Os papiros contêm fórmulas para tratar de diversas doenças, dentre elas a dos olhos. (GUGEL, 2015, p.04).

Diante disso, pode-se dizer que mesmo sem conhecimentos amplos, médicos ou científicos do que de fato era deficiência, os egípcios eram uma sociedade que tinha respeito aos sujeitos com deficiência. A sociedade egípcia tratava as pessoas com deficiência, com respeito, pois ia ao encontro de suas próprias crenças e tradições, “esse comportamento vinha principalmente das crenças religiosas, e da sua intensa busca pela espiritualidade” (ANATALINO, 2017, s/p). Entre as diversas tradições da cultura egípcia, destaca-se o casamento consanguíneo que acontecia principalmente com as famílias reais. O casamento consanguíneo se justificava pela necessidade de conservar o poder político à mesma família, ocasionando muitas vezes o casamento entre irmãos proporcionando o nascimento de crianças com deficiência.

Um dos preceitos contidos nos códigos de moral seguidos pelos egípcios vinha do culto à deusa Maat (a deusa da justiça) que pregava, não só o exercício de um rígido comportamento ético por parte de autoridades e pessoas mais aquinhoadas, mas também que pessoas de condição inferior, especialmente com deficiências físicas fossem tratadas com respeito (ANATALINO, 2017, s/p).

² No Egito antigo, pessoas pequenas e anões eram muito respeitados e considerados tão importantes quanto os Deuses.

O respeito era um dever moral entre os egípcios, onde muitas vezes a literatura desses pregava isso. Os papiros³ também “registram práticas médicas realizadas no Egito Antigo, sendo que dentre elas há menções a tratamentos voltados aos problemas de deficiências” (SILVA, 2009, s/p). Assim, pode-se perceber, que os egípcios não se preocupam só com a inclusão das pessoas com deficiência, mas também de “desenvolver estratégias terapêuticas para mitigar o sofrimento e a situação desfavorável delas” (ANATALINO, 2017, s/p).

Na antiguidade as sociedades gregas, egípcias e romanas já consideravam essas ideias em seus contextos sociais e históricos, cada uma com suas concepções e ações. Diferente dos egípcios os gregos, valorizavam o corpo saudável, para eles era de extrema importância ter uma boa forma. Muitos dos gregos, como no caso de espartanos e atenienses⁴, levavam a sério a prática de exercício.

Entre as cidades gregas, duas tiveram papel de destaque, colaborando para a construção de modelos políticos, sociais e culturais: Atenas e Esparta. Essa valorizava a formação militar, que tinha como objetivo preparar os jovens para a guerra através do desenvolvimento da força, da coragem e da obediência (MONTEIRO, 2009, p.7).

Para os gregos, as condições físicas eram importantes, pelo fato dos mesmos enfrentarem constantes guerras, muitas polis gregas⁵, eram voltadas para a educação das crianças e jovens, no sentido de atividades físicas. Nesta perspectiva,

A finalidade da educação espartana era formar guerreiros. Com 7 anos de idade, os meninos eram afastados das mães e ficavam até os 18 anos em escolas, onde aprendiam ginástica, esportes (corridas, lutas usando o corpo, lançamento de dardos), a ler e escrever e a manejar armas. O método exigia esforços: ficavam nus até nos dias frios, tomavam banho gelado, comiam pouco, apanhavam. Tudo isso para que ficassem resistentes como o ferro. Capacidade de suportar o sofrimento físico, disciplina, habilidade militar: esses eram os objetivos principais (SCHMIDT, 2011, p.26).

³ No Egito Antigo, o papiro era encontrado nas margens do rio Nilo. Foi muito utilizado pelos egípcios para diversos propósitos. As folhas eram sobrepostas e trabalhadas para serem transformadas numa espécie de papel, conhecido pelo mesmo nome da planta.

⁴ As cidades mais importantes do mundo grego.

⁵ A polis grega eram as cidades estadas da Grécia Antiga, as quais foram fundamentais para o desenvolvimento da cultura grega no final do período homérico, período arcaico e período clássico.

Isso fazia com que as crianças, os adolescentes e as mulheres, chegassem ao extremo de seus corpos, fazendo de suas vidas um treinamento pesado, todos os dias, e “era comum à política da eugenia, com propostas de fortalecimento das mulheres, para que elas gerassem filhos/as fortes e sadios, além do abandono das crianças fracas ou deficientes” (MONTEIRO, 2009, p. 07). Para os gregos era obrigação de cada um possuir uma saúde física perfeita e não eram aceitas aquelas pessoas que não estivessem dentro dos padrões físicos e sociais, ou seja, todos/as deveriam ter um corpo perfeito e resistente.

Platão, no livro *A República*, e Aristóteles, no livro *A Política*, trataram do planejamento das cidades gregas indicando as pessoas nascidas “disformes” para a eliminação. A eliminação era por exposição, ou abandono ou, ainda, atiradas do aprisco de uma cadeia de montanhas chamada Taygetos, na Grécia (GUGEL, 2015, p.4).

Na perspectiva grega as pessoas com deficiência não contribuíam em nada para a sociedade, eram considerados sub-humanos, ou seja, alguém que estava abaixo da vida humana.

Em Esparta e Atenas crianças com deficiências física, sensorial e mental eram consideradas subumanas, o que legitimava sua eliminação e abandono. Tal prática era coerente com os ideais atléticos, de beleza e classistas que serviam de base à organização sócio-cultural desses dois locais. Em Esparta eram lançados do alto dos rochedos e em Atenas eram rejeitados e abandonados nas praças públicas ou nos campos (BRASIL 2008, p.7).

As pessoas com deficiência, para os gregos, ainda quando crianças deveriam ser eliminados/as e além de serem eliminados eram expostos por várias expressões preconceituosas. Essa prática era defendida por muitos, inclusive por grandes filósofos, como Platão e Aristóteles. “Aristóteles e Platão admitiam essas práticas, coerentes com a visão de equilíbrio demográfico, aristocrático⁶ e elitista⁷, principalmente quando com as pessoas com deficiência fosse dependente economicamente” (BRASIL, 2008, p. 08).

⁶ Aristocracia pode ser traduzida, literalmente, como “o governo dos melhores”.

⁷ A ideologia elitista é, portanto, perfeitamente ajustável à doutrina capitalista e justifica a dominação da burguesia numa sociedade de classes.

Aristóteles. A Política, Livro VII, Capítulo XIV, 1335 b – Quanto a rejeitar ou criar os recém-nascidos, terá de haver uma lei segundo a qual nenhuma criança disforme será criada; com vistas a evitar o excesso de crianças, se os costumes das cidades impedem o abandono de recém-nascidos deve haver um dispositivo legal limitando a procriação se alguém tiver um filho contrariamente a tal dispositivo, deverá ser provocado o aborto antes que comecem as sensações e a vida (a legalidade ou ilegalidade do aborto será definida pelo critério de haver ou não sensação e vida) (GUGEL, 2015, p. 63).

Os Gregos eram bem categóricos em seus conceitos, mesmo sendo os primeiros a implantar a ideia de assistencialismo. Os Romanos, também tinham enquanto postura a discriminação, o preconceito e o desprezo às pessoas com deficiência.

Na Roma antiga, tanto os nobres quanto os plebeus tinham permissão para sacrificar os/as filhos que nasciam com algum tipo de “deficiência” (Garcia, 2011, p. 05). Os Romanos achavam desnecessária a existência de pessoas com deficiência e por isso defendiam a sacrifício destes, ou então, deixavam as crianças, em lugares onde viviam animais selvagens e famintos, onde os mesmos se alimentavam destas crianças, e, outras eram colocadas em rios ou em lugares que era considerado sagrado e ali eram abandonados/as.

Em Roma, também não se reconhecia valores em crianças “defeituosas”, mas havia outro recurso além da execução que era o de abandonar as crianças nas margens dos rios ou em locais sagrados para serem recolhidas por famílias da plebe (NEGREIROS, 2014, p.15).

Percebe-se então, que ainda existiam algumas pessoas boas e ajudavam a resgatar essas crianças e as cuidavam, mas muitas vezes, isso não acontecia, pois muitos/as não resistiam e acabavam morrendo. E o mais preocupante, era que isto era visto como algo “normal”, não se preocupava que isto era algo errado e nem do que as demais pessoas pensariam tudo isso era uma prática comum.

De acordo com Negreiros (2014, p. 15), “A Roma antiga é um cenário de um vil mercado de prostituição ou do entretenimento utilizando-se das pessoas com deficiência comercialmente”. Não bastando, que as crianças fossem jogadas à morte, as que sobreviviam, logo depois eram comercializadas, ou seja, os humanos frequentavam muitas casas de prostituição, então as pessoas com deficiência eram abusadas e humilhadas. Além disso, as pessoas com deficiência eram utilizadas para atrações de circo, estas eram menosprezadas e passavam a ser humilhadas.

É perceptível que ao mesmo tempo em que excluía também exploravam, e para estas pessoas, culturalmente, não restavam outra alternativa que não a de aceitarem em silêncio, considerando que qualquer ato de rebeldia ao sistema imposta o resultado lhes seria a morte.

[...] Cegos, surdos, deficientes mentais, deficientes físicos e outros tipos de pessoas nascidos com má formação eram também, de quando em quando, ligados a casas comerciais, tavernas e bordéis; bem como a atividades dos circos romanos, para serviços simples e às vezes humilhantes (SILVA, 1987, p. 130).

Diante do exposto, é possível perceber que a humanidade sempre se comportou com atitudes de discriminação, com todos/as que fugissem dos padrões estabelecidos como corretos pela sociedade. Infelizmente, as pessoas com deficiência adentraram nessa concepção, desde sempre a humanidade se fez preconceituosa, como fundamenta Negreiros (2014, p. 13).

[...] desde os primórdios da humanidade pessoas nasceram ou adquiriram alguma deficiência ou limitação que as impediram de realizar suas atividades diárias de forma autônoma. De maneira perversa, essas pessoas foram alijadas da sociedade e tratadas como estorvo ou “coitadinhas”.

Com o surgimento do cristianismo no império romano a deficiência passou a ser um assunto em questão, ou seja, com a nova religião surgiram novos conceitos, como a questão da caridade, de pensar no próximo e ajudar os/as necessitados.

Diante dessa nova ideologia cristã, que foi ao encontro das dificuldades das pessoas com deficiência, a sociedade que passou então a ter atitudes de “compaixão” com os pobres, mendigos e as pessoas com deficiência.

Foi no vitorioso Império Romano que surgiu o cristianismo. A nova doutrina voltava-se para a caridade e o amor entre as pessoas. As classes menos favorecidas sentiram-se acolhidas com essa nova visão. O cristianismo combateu, dentre outras práticas, a eliminação dos filhos nascidos com deficiência. Os cristãos foram perseguidos porém, alteraram as concepções romanas a partir do Século IV. Nesse período é que surgiram os primeiros hospitais de caridade que abrigavam indigentes e pessoas com deficiências (NEGREIROS, 2014, p.3).

Pode-se dizer que a doutrina cristã trouxe algumas melhorias sobre a forma de tratar as pessoas com deficiência, a humanidade começou a ter visões diferentes sobre estas, aceitando-os um pouco mais, porém, com distanciamento, não os

sacrificavam como antes, e o número de pessoas que ajudavam cresceu, pois, temiam que se não ajudassem teriam um castigo de Deus, como refere Fernandes (2011, p. 135).

[...] tem-se como doutrina a caridade e o amor para com os indivíduos. Dessa maneira, a Igreja combateu, dentre outras práticas, a eliminação dos filhos nascidos com deficiência. E foi a partir do século IV que surgiram os primeiros hospitais de caridade que abrigavam indigentes e indivíduos com deficiências (FERNANDES, 2011, p.135).

Em cada época, as pessoas com deficiência eram vistas de maneira diferente, em alguns momentos, a deficiência, no imaginário da população, era vista como um castigo de Deus, como pecado, um alguém que não merecia viver. Após maior compreensão sobre as deficiências, passou a ter lugares para que essas pessoas residissem.

[...] na Idade Média o abandono passou a ser condenado e as pessoas com deficiência começaram a receber abrigo em asilos e conventos, principalmente. Porém, nesse período. Era comum a crença de que a deficiência seria um castigo de Deus por pecados cometidos e, por isso, os indivíduos com deficiência eram alvo de hostilidade e preconceito (SILVA, 2010, p.40-41).

Porém a sociedade não queria que as pessoas com deficiência, estivessem inseridas no meio social, nem que elas fossem vistas como algo natural, o que justifica a criação de orfanatos, manicômios, entre outras formas de isolamento social de todos aqueles que não correspondiam fisicamente às expectativas da ordem vigente. Essas eram formas de isolamento às pessoas com deficiência e não formas de proteção.

A partir do século XVII, os deficientes passaram a ser internados em orfanatos, manicômios, prisões e outros tipos de instituições, juntamente com delinquentes, idosos e pedintes, ou seja, eram excluídos do convívio social por causa da discriminação que então vigorava contra pessoas diferentes (BERGAMO, 2010, p.35).

De acordo com Foucault (1979, p. 88), havia apenas duas formas de organização médica que se destacou na história da humanidade, o primeiro modelo se baseava no tratamento dado aos leprosos e o decorrente da peste. O autor refere-se que na idade média, o leproso era expulso da circulação com a sociedade

“posto para fora dos muros da cidade, exilado em lugar confuso onde ia misturar sua lepra a lepra dos outros”. Entretanto, para Foucault:

O segundo modelo médico não era mais contra a lepra, mas sim contra a peste, aqui a medicina não exclui e nem expulsa, ela “consiste em distribuir os indivíduos uns ao lado dos outros, isolá-los e vigiá-los um a um, constatar o estado de saúde de cada um” Visto que, toda a sociedade é dividida e “percorrida por um olhar permanente e controlada por um registro, tanto quanto possível completo de todos os fenômenos”. (FOUCAULT, 1979, p 88).

Tem-se, portanto, o modelo médico em relação à lepra que é a exclusão, de exílio, como forma religiosa, ou seja, purificar as cidades, e o modelo médico da peste, de não excluir, mas sim o internamento “não mais o agrupamento no exterior das cidades, ao contrário, a análise minuciosa da sociedade, uma análise individualizante” (CRESPO, apud. FOUCAULT 2011, p. 08).

A partir das reflexões de Foucault (1979), observa-se que depois de serem excluídas as pessoas com lepra, as mesmas, tiveram uma atenção médica embasada na peste. Os centros de reabilitação para as pessoas com deficiência, eram instituições baseadas na disciplina, ou seja, “calcadas no modelo médico da deficiência e no discurso científico tido como a verdade absoluta que desqualifica todas as outras falas e todos os outros conhecimentos tidos como não científico” (NALLIN, 1994, p. 39). Os centros de reabilitação das pessoas com deficiência tinha um modelo ideal e os mesmos objetivos buscados pela instituição, ou seja, “acabam por ocupar o lugar que as instituições lhes desenham, cedendo à lógica do desempenho, da produtividade, do compromisso moral e da readequação funcional tecnicamente prescrita” (NALLIN, 1994, p. 180).

Pode-se dizer que as pessoas com deficiência por muito tempo eram vistas como fracassadas e ignoradas pela sociedade, as mesmas eram vistas como loucos e anormais. Com o passar do tempo, a sociedade tomou um pouco de consciência, sobre o assunto, mas não deixou de ter o caráter preconceituoso e discriminatório.

Com a segunda guerra mundial, surgiu de fato a preocupação quanto à pessoa com deficiência, pois, com a guerra houve muitos feridos e pessoas que passaram a ser “deficientes”, não pela condição natural do nascimento, mas pelas consequências da guerra.

Foi a partir da Segunda Guerra Mundial que o direito necessita se preocupar com grupos sociais específicos, nesse caso surgem os mutilados da guerra, pessoas que foram para a guerra sem nenhuma deficiência e voltam às suas casas com algum tipo de mutilação que impedem a fruição normal de suas atividades de vida diária (TAHAN, 2012, p.21).

A deficiência começa a ganhar novas concepções, até mesmo de aceitação. Os conceitos da sociedade foram repensados de forma mais consciente, pois, seus julgamentos preconceituosos já não tinham tanto poder diante tudo que se apresentava, considerando que esta era uma realidade não esperada, mas que oportunizou com que a deficiência fosse vista como causa e consequência, e, não mais um castigo ou maldição. A percepção de que essas, independente de suas limitações são extremamente importantes na sociedade e podem contribuir na construção de um mundo mais justo e igualitário.

A pessoa com deficiência é vista como inválida e incapaz, pelo simples fato de não estar “dentro dos padrões” designados pela sociedade, mas sabe-se que a Pessoa com deficiência está longe de ser incapaz, ou seja, estas fazem a diferença, nesse mundo de desigualdade. Vivemos em uma sociedade onde falar de pessoas com deficiência, é imaginar noções ligadas a pessoas incapazes e por conta disso, discriminadas pela sociedade. Todas as diferenças são representadas devido aos valores culturais que são estabelecidos, advindo de uma ideologia que se sobrepõe e se legitima diante das relações de produção e trabalho.

Toda a pessoa considerada fora das normas e das regras estabelecidas é uma pessoa estigmatizada. Na realidade, é importante perceber que o estigma não será na pessoa ou, nesta deficiência que ela possa apresentar. Em sentido inverso, são valores culturais estabelecidos que permitam identificar quais pessoas são pessoas estigmatizadas (RIBAS, 1998, p.16).

A sociedade determina o que se estabelece como estigma, algo que exprime diferenças entre pessoas com deficiência e as demais. A aceitação da pessoa com deficiência pela sociedade sempre foi de não reconhecimento de um sujeito de direito, como todos os outros cidadãos, principalmente, quando a deficiência é visível. Essa mesma sociedade que discrimina não assume tal conduta, pois as pessoas com deficiência são excluídas da sociedade “automaticamente”, considerando que impõe a “integração”, quando dispõe em suas leis que todos/as são iguais e devem estar inclusos no convívio social.

Essa dicotomia entre o que é proposto e o que se apresenta na prática representa a complexidade da temática diante do contexto histórico de uma sociedade excludente, que apesar de ordenar juridicamente a igualdade de direitos, relega á segundo plano uma imensa população que também têm direitos, as pessoas com deficiência.

2.2 O Brasil e o atendimento as Pessoas com Deficiência

As crendices e superstições associadas às pessoas com deficiência também se fizeram presentes na história brasileira. Nos primeiros “ecos históricos” da formação do Brasil, pode-se perceber aspectos de exclusão das pessoas com deficiência, começando pelos povos indígenas. A violência era um fator deliberativo da deficiência, e desde o início da humanidade a deficiência era associada à doença (FIGUEIRA, 2008). Como refere Garcia (2010), na população indígena, existem os curandeiros, estes, acreditavam que o nascimento de crianças com deficiência era um castigo ou uma punição, assim nota-se que mesmo para as doutrinas religiosas contemporâneas, a deficiência é vista como algo divino, vinculado à espiritualidade. Os indígenas executavam a exclusão e o abandono das crianças que apresentassem alguma deficiência. Essas práticas, não eram diferentes das demais sociedades da história antiga, pois quando havia o nascimento de uma criança com deficiência, a mesma, passava a ser vista como um mau sinal, um castigo dos deuses ou de forças superiores, porém, isso estava diretamente ligado é cultura desses povos.

Na cultura indígena, onde as pessoas nascidas com deficiência era um sinal de mau agouro, um prenúncio de castigos dos deuses a eliminação sumária das crianças era habitual, assim como o abandono dos que adquiriam a deficiência no decorrer da vida (NEGREIROS 2014, p.16).

Os Portugueses ao chegarem ao Brasil, tiveram dificuldades com as condições adversas do clima tropical, como o forte calor e a quantidade de insetos, o que impactou na saúde dos europeus, assim, “algumas dessas enfermidades de natureza muito grave chegaram a levá-los a aquisições de severas limitações físicas ou sensoriais” (FIGUEIRA, 2008, p. 55).

Já os escravos, não acreditavam que a deficiência fosse uma forma de castigo de Deus, pois, a deficiência nos escravos se dava muitas vezes por conta dos castigos físicos que eram submetidos, e à forma como era o tráfico negreiro, com embarcações superlotadas e com condições desumanas, o que representava um meio concreto de expandir doenças, onde deixavam sequelas e provocou a morte de inúmeros escravos/as.

Mas, foi somente a partir do século XIX, que a deficiência se deu com mais frequência, por conta do aumento dos conflitos militares, como a Guerra dos Canudos, a guerra contra o Paraguai, entre outras revoltas. Segundo Figueira (2008), o General Duque de Caxias manifestou a preocupação ao Governo Imperial com os soldados que passaram a ser “deficientes”, assim, foi inaugurado no Rio de Janeiro, em 29 de Julho de 1868, o “Asilo dos Inválidos da Pátria”, dessa forma, “eram recolhidos e tratados os soldados na velhice ou os mutilados da guerra, além de ministrar a educação aos órfãos e filhos de militares” (FIGUEIRA, 2008, p. 63).

No século XX, com o avanço da medicina, passou-se a ter uma melhor atenção para as pessoas com deficiência, na década de 40 teve a criação dos Hospitais-Escolas e o Hospital das Clínicas em São Paulo, diante disso, aconteceram produções de novas pesquisas sobre a deficiência.

No entanto, percebe-se que independente da cultura, do contexto social e histórico, as pessoas com deficiência sempre foram vistas como não merecedoras de direito à vida, então a eliminação era uma forma de sanar o problema. Pode-se se dizer, que o Brasil melhorou quanto ao respeito e ao garantir os direitos das pessoas com deficiência, porém, ainda há muito para ser conquistado.

Atualmente no Brasil, como em outros países, felizmente, percebeu-se com o tempo que, as pessoas com deficiência poderiam estar socialmente integradas participando da vida educacional, laboral e cultural sem estarem restritas ao espaço familiar, hospitais ou as instituições especializadas. Esse é o reflexo da luta, iniciada nos anos 80, em defesa dos direitos das pessoas com deficiência e que reverbera nas legislações, nas políticas públicas e nas ações (...) (NEGREIROS, 2014 p.17).

As legislações são frutos de lutas históricas, e considerando a invasão do Brasil em mais de 500 anos, são conquistas muito recentes (não tem um século de existência) que vão de frente à cultura instituída no processo de colonização indo de encontro as próprias credences dos povos nativos brasileiros.

2.2.1 A Legislação em favor da Pessoa com Deficiência

“Não basta que todos sejam iguais perante a lei. É preciso que a lei seja igual perante todos”.

(Salvador Allende).

O histórico das legislações perpassa por processos históricos, a Declaração Universal de Direitos Humanos foi à primeira declaração promulgada pela ONU, em 1948. O documento apontava para garantia dos direitos à liberdade, à vida digna, à educação fundamental, ao desenvolvimento pessoal e social e à livre participação na vida da comunidade, para todas as pessoas, a despeito da raça, sexo, origem nacional, social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição (BRASIL, 1948).

A Declaração dos Direitos humanos “impulsionou a implementação de leis e outras declarações em todo mundo, além de ampliar e fortalecer movimentos sociais de pessoas e grupos que lutam no mundo todo buscando que tais direitos sejam efetivados” (RODRIGUES; CAPELLINI, 2014, p. 03).

Em 1970 surgiram declarações sobre os direitos das Pessoas com Deficiência, logo após em 1975 foi adotada a Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência, onde “pela primeira vez jogou luz sobre o público destinatário” (MAIOR, 2015, p. 111), esclarecendo que

O termo “pessoas deficientes” refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais (BRASIL, 1975).

Em 1976, a ONU proclamou 1981 como o Ano Internacional da Pessoa “Deficiente” com o lema “igualdade e plena participação”. Entre os objetivos constavam conscientizar a sociedade e estimular a organização das pessoas com deficiência. A ONU avaliou que programas referentes às limitações físicas e mentais não seriam suficientes para integrar o segmento, pois o aspecto preponderante correspondia às atitudes da sociedade contrárias à participação das pessoas com deficiência (BRASIL, 1981). E em 1982, a ONU lançou Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência, o qual inovou ao afirmar que:

A incapacidade existe em função da relação entre as pessoas deficientes e o seu ambiente; a incapacidade ocorre quando essas pessoas se deparam com barreiras culturais, físicas ou sociais que impedem o seu acesso aos diversos sistemas da sociedade que se encontram à disposição dos demais cidadãos. Portanto, a incapacidade é a perda, ou a limitação, das oportunidades de participar da vida em igualdade de condições com os demais (BRASIL, 1982).

O programa foi o primeiro a assumir o modelo social da deficiência, enfatizando a interface entre a pessoa e a realidade social. (BRASIL, 1982).

Após a avaliação da Década das Pessoas com Deficiência, em 1993, a ONU homologou as Normas de Equiparação de Oportunidades, documento de compromisso ético e político com medidas à garantia dos direitos do grupo e aos pressupostos do modelo social da deficiência:

Nos finais dos anos 60, as organizações de pessoas com deficiência em alguns países começaram a formular um novo conceito de deficiência, que punha em evidência a estreita relação existente entre as limitações sentidas por indivíduos portadores de deficiência, o meio circundante no qual se inscrevia a sua vida quotidiana, e as atitudes da população em geral a seu respeito (BRASIL, 1993).

Esse documento apresentou a acessibilidade ao meio físico, à comunicação, à informação e recursos e sistemas de tecnologia assistiva como fundamentais para a igualdade de oportunidades (BRASIL, 1993).

Os processos de educação também têm importância para ampliar conhecimentos e garantir os direitos, exemplo da Conferência Mundial sobre necessidades educativas especiais de 1994, em Salamanca, que contribuiu fortemente para impulsionar a Educação Inclusiva em todo o mundo. Nessa conferência participaram oitenta e dois governos e vinte e cinco organizações internacionais que reconheceram a necessidade e urgência de que o ensino especializado chegasse a todas as crianças e jovens que apresentassem necessidades educacionais (BRASIL, 1994).

Os profissionais ali reunidos estabeleceram um plano de ação, onde seus princípios norteadores mostravam que as escolas deveriam acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas, entre outras.

A declaração de Salamanca proclama que:

Todas as crianças têm direito à educação, e deve-se dar a elas a oportunidade de alcançar e manter um nível aceitável de conhecimento. Cada criança tem característica, interesses, capacidades e necessidades que lhe são próprias, os sistemas de ensino devem ser organizados e os programas aplicados de modo que tenham em conta todas as diferentes características e necessidade, as pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas comuns e as escolas comuns devem apresentar um meio mais eficaz para combater as atitudes discriminatórias, criar comunidades acolhedoras, construir uma sociedade integradora e alcançar a educação para todos (BRASIL, 1994).

No Brasil, a conquista dos direitos das Pessoas com Deficiência surgiu no século XX. “O cenário alterou-se a partir do protagonismo do movimento político para a inserção de seus direitos básicos na Constituição Federal de 1988” (MAIOR, 2015, p.107). A Constituição Federal de 1988 refere que todos têm direitos e deveres estabelecidos, o artigo 5^a dispõe sobre o princípio constitucional de igualdade, em que diz: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1998).

Como resultado da Constituição Federal, passou-se a ter legislações referentes às políticas setoriais como a saúde, Lei 9.656/98, que trata dos planos e seguros de saúde, proíbe quaisquer impedimentos em virtude à pessoa com deficiência. Já o Decreto 3.298/99 fixa uma série de garantias, como atendimento domiciliar e psicológico, a reabilitação e a ajuda técnica, o que inclui próteses e equipamentos; A assistência, Lei 8.742/93⁸, assegura que a pessoa com deficiência receba um salário mensal, desde que a renda de sua família seja inferior a um quarto do salário-mínimo, e “estabelece o atendimento da pessoa com deficiência em diversos tipos de serviços da Assistência Social, tais como residências inclusivas, modelo de moradia com apoios para a autonomia e a vida independente na comunidade” (MAIOR, 2010, p. 04).

A educação, conforme a Lei 9.394/96 e a Lei 7.853/89, a educação das pessoas com deficiência deve ser na rede regular de ensino, sendo respeitada as suas necessidades especiais, o/a estudante com deficiência deve ter os mesmos

⁸ LOAS- Lei Orgânica de Assistência Social.

direitos e benefícios aos demais estudantes, conforme o Decreto 3.298/99, além de atendimentos e adaptações necessárias para o seu ensino e para realizações de provas. Quanto ao trabalho, a CF/88 proíbe qualquer discriminação ao trabalhador/a com deficiência. A Lei 8.112/90 assegura 20% dos cargos e empregos públicos a essas pessoas e a Lei 8.213/91 introduziu a reserva de mercado nas empresas privadas, assim, a empresa é obrigada a preencher de 2% a 5% dos cargos às pessoas com deficiência.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada no dia 13 de Dezembro de 2006 pela ONU, “é o mais recente tratado internacional de direitos humanos e foi o primeiro a contar com a voz dos movimentos sociais na fase da elaboração” (PAULA; MAIOR, 2008, p. 05). A convenção tem os seus princípios baseados na autonomia, liberdade, a não discriminação, a inclusão, o respeito, a igualdade, a acessibilidade e o respeito. “A convenção estabelece a acessibilidade como princípio e como direito, a condição para a garantia de todo e qualquer direito humano” (BEZERRA, 2014).

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências e o protocolo facultativo passam à história deste segmento, ora mais fortalecido, como sendo o primeiro tratado de direitos humanos com valor constitucional no Brasil (MAIOR; MIRANDA; BERNARDES, 2010, p.23). Vale salientar, que a convenção “não cria direitos novos nem especiais para as pessoas com deficiência, mas sim, um instrumento facilitador para o exercício dos direitos universais e a igualdade com as demais pessoas” (MAIOR; MIRANDA; BERNARDES, 2010, p. 23).

Conforme MAIOR (2010, p. 05), a convenção apresenta um avanço para a legislação brasileira e fortalece as políticas para as pessoas com deficiência, já direcionadas para ampliar as medidas de acessibilidade. A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência torna-se o mais importante instrumento que irá buscar defender e garantir os direitos das pessoas com deficiência.

Vale ressaltar a mudança do termo “portadoras de deficiência”, considerando que esta é uma expressão bastante criticada, visto que não dá sentido humano às pessoas com deficiência, fazendo transparecer que os mesmos “portam” uma doença, “em outras palavras àquele que carrega/conduz algo que não tem” (COSTA, 2008, p. 23). Sabe-se que a deficiência, na maioria das vezes é algo permanente, então não é cabível este termo portador de deficiência. Além disso, quando se rotula

uma pessoa com este termo, remete que a deficiência, passe a ser uma “marca” da pessoa em detrimento de sua condição como ser humano.

No Rio Grande do Sul segundo as informações do IBGE⁹ (2018) existem 497 municípios, destes segundo FADERS¹⁰ (2019) apenas 09 tem legislações específicas vigentes para as pessoas com deficiência: Alegrete, Canoas, Caxias do Sul, Gramado, Gravataí, Marau, Pelotas, Veranópolis e Porto Alegre.

Quadro 2- Leis dos Municípios do Rio Grande do Sul Para as PCD

MUNÍCIPIO DE ALEGRETE Lei Municipal 5.323, de 27 de Maio de 2014:	MUNÍCIPIO DE CANOAS Decreto Municipal 452, de 27 de Maio de 2010:	MUNÍCIPIO DE CAXIAS DO SUL. Decreto Municipal 15.880, de 02 de Agosto de 2012:
Concede Isenção nas Tarifas do Transporte Coletivo Urbano às Pessoas com Deficiência ou aqueles que têm impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial e múltipla, revoga a Lei Municipal nº 1.928/89, e dá outras providências.	Dispõe sobre o uso das vagas de estacionamento nas vias e logradouros destinado aos idosos e às pessoas com deficiência que tenham dificuldade de locomoção.	Disciplina o uso das áreas de estacionamento para pessoas com deficiência e/ou com dificuldade de locomoção, conforme dispõe a Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e a Resolução nº 304, de 18 de dezembro de 2008, do CONTRAN.
MUNÍCIPIO DE GRAMADO Decreto Municipal 158, de 18 de Novembro de 2010.	MUNÍCIPIO DE GRAVATAÍ Lei Municipal 2.594, de 20 de Outubro de 2006.	MUNÍCIPIO DE MARAU Lei Municipal 5043, de 09 de Setembro de 2014.
Regulamenta a utilização de vagas de estacionamento destinadas a veículos de idosos e deficientes físicos.	Autoriza o Município a instituir o cartão PCD	Cria o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Altas Habilidades, estabelece a Política Municipal da Pessoa com Deficiência e o Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência.
MUNÍCIPIO DE PELOTAS Lei Municipal 5.869, de 04 de Janeiro de 2012	MUNÍCIPIO DE VERANÓPOLIS Lei Municipal 5.829, de 23 de Novembro de 2010.	MUNÍCIPIO DE VERANÓPOLIS Lei Municipal 5.891, de 23 de Fevereiro de 2011.

⁹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

¹⁰ Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades no Rio Grande do Sul.

<p>Dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Altas Habilidades e das normas gerais para sua adequada aplicação.</p>	<p>Dispõe sobre o acesso gratuito das pessoas com deficiência em eventos culturais, esportivos e sociais, promovidos pelo poder público ou pela iniciativa privada, no âmbito do município de Veranópolis.</p>	<p>Dispõe sobre a concessão de transporte gratuito às pessoas com deficiência no sistema de transporte coletivo municipal de Veranópolis e dá outras providências.</p>
MUNÍCIO DE PORTO ALEGRE		
<p>LEIS MUNICIPAIS</p> <p>- 10.819, de 13 de Janeiro de 2010: Estabelece a possibilidade do agendamento telefônico de consultas para pacientes idosos e para pessoas com deficiência já cadastradas nas unidades de saúde;</p> <p>- 10.379, de 06 de Fevereiro de 2008: Dispõe sobre a obrigatoriedade de espaço para cadeira de rodas e de assentos reservados para pessoas portadoras de necessidades especiais em salas de exibição de cinema no Município de Porto Alegre e dá outras providências;</p> <p>- 10.298, de 22 de Novembro de 2007: Obriga as instituições bancárias que mantêm caixas eletrônicos a adaptá-los de modo a permitir seu acesso e uso por portadores de deficiência físico-motora;</p> <p>- 10.060, de 02 de Outubro de 2006: Isentando os deficientes físicos auditivos e visuais de nova comprovação para a renovação da carteira de identificação, desde que o primeiro atestado médico apresentado comprove a irreversibilidade da deficiência;</p> <p>- 9.811, de 08 de Agosto de 2005: Institui o Cadastro Permanente de Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais (CAPENE), para fins educacionais;</p> <p>- 9.674, de 28 de Dezembro de 2004: Autoriza o Executivo Municipal a construir um monumento em homenagem à luta pela inclusão social e acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, na Praça Raymundo Scherer, no Bairro Jardim Botânico;</p> <p>- 8.890, de 09 de Abril de 2002: Assegura às pessoas portadoras de deficiência, usuárias de cadeiras de rodas e cegos, o direito de embarque e desembarque fora dos pontos de parada dos ônibus;</p> <p>- 8.632, de 27 de Outubro de 2000: Torna obrigatória a apresentação de cardápios escritos no Sistema Braille em todos os bares, restaurantes, lanchonetes, hotéis, motéis e congêneres;</p>	<p>DECRETOS MUNICIPAIS</p> <p>- 17.007, de 25 de Março de 2011: Táxis não podem recusar cães-guias e cadeiras de rodas;</p> <p>- 16.815, de 06 de Outubro de 2010: Estabelece a utilização de credencial, para isenção de estacionamento rotativo pago, para veículos que transportem pessoas com deficiência e com dificuldade de locomoção;</p> <p>- 16.116, de 03 de Novembro de 2008: Estabelece o Regimento Interno do COMDEPA;</p> <p>- 15.752, de 05 de Dezembro de 2007: Institui o CAPENE;</p> <p>- 14.109, de 14 de Fevereiro de 2003: Dispõe sobre o trabalho educativo para estudantes de estabelecimento de ensino especial do Município e estudantes portadores de deficiência do Centro Municipal de Educação dos Trabalhadores Paulo Freire, na Administração Centralizada, nas Autarquias e na Fundação Municipal;</p> <p>- 13.463 de 24 de Outubro de 2001: Institui o Guia de Direitos e Serviços para pessoas portadoras de deficiência e dá outras providências;</p> <p>- 13.241, de 28 de Maio de 2001: Obriga a todos os hotéis e motéis estabelecidos no Município de Porto Alegre a adaptarem suas instalações, a fim de garantir o acesso de pessoas portadoras de deficiências;</p> <p>- 12.805, de 15 de Junho de 2000: Autoriza a implementar no Sistema de Transporte Coletivo dispositivos que facilitem o acesso de pessoas portadoras de deficiência”;</p> <p>- 11.677, de 21 de Janeiro de 1997: Regulamenta o Passe Gratuito para os portadores de deficiência;</p> <p>- 11.410, de 03 de Janeiro de 1996: Dispõe sobre a obrigatoriedade da colocação de cadeiras de rodas ou assemelhados para o uso dos interessados nos estabelecimentos comerciais e supermercados com mais de 1000m² (mil metros quadrados) de área construída;</p>	

<p>- 8.548, de 06 de Julho de 2000: Assegura o direito à prioridade de atendimento em hospitais e postos de saúde (exceto emergências), sediados no Município de Porto Alegre, às pessoas idosas e aos portadores de deficiência física, sensorial e mental;</p> <p>- 8.320, de 17 de Junho de 1999: Autoriza o Executivo Municipal a implantar rampas (aclives/declives) nos meios fios, junto às faixas de segurança e em locais de grande fluxo de pedestres;</p> <p>- 8.286, de 25 de Março de 1999: Obriga os Centros de Habilitação de Condutores - CHCs, sediados no Município de Porto Alegre, a adaptarem dois veículos para o aprendizado de pessoas portadoras de deficiência física e dá outras providências;</p> <p>- 8.126, de 06 de Janeiro de 1998: Obriga os hotéis e motéis estabelecidos no Município de Porto Alegre a adaptarem suas instalações, a fim de garantir o acesso de pessoas portadoras de deficiência;</p> <p>- 8.018, de 14 de Julho de 1997: Institui, no âmbito do Município de Porto Alegre, a Semana Municipal da Pessoa Portadora de Deficiência, e dá outras providências;</p> <p>- 7.988, de 16 de Junho de 1997: Autoriza a colocação de cadeiras de roda em escolas municipais;</p> <p>- 7.857, de 30 de Setembro de 1996: Institui a língua de sinais dos surdos;</p> <p>- 7.783, de 18 de Abril de 1996: Cria a Mostra de Arte da Pessoa Portadora de Deficiência;</p> <p>- 7.692, de 1ª de Novembro de 1995: Obriga as escolas de 1º e 2º graus a adequarem-se a receber estudantes e professores portadores de deficiência física;</p> <p>- 7.020, de 06 de Abril de 1992: Determina aos Poderes Públicos Municipais, que mantenham em seus quadros, servidores treinados para o atendimento de pessoas portadoras de deficiência auditiva e dá outras providências;</p> <p>- 4.891, de 07 de Janeiro de 1981: Dispõe sobre obrigações de as empresas empreiteiras de mão-de-obra do Município de Porto Alegre contratar 5%, no mínimo, de deficientes.</p>	<p>- 10.739, de 17 de Setembro de 1993: Concerne à prioridade de atendimento à pessoas idosas, às portadoras de deficiência física, e às gestantes e dá outras providências;</p> <p>- 8.425, de 24 de Abril de 1984: Dispõe sobre a preferencialidade de lugares sentados para pessoas idosas, gestantes e deficientes físicos.</p>
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: sistematização da autora, a partir de (<http://www.portaldeaccessibilidade.rs.gov.br/>)

É importante ressaltar que em São Borja, município que oportunizou o desenvolvimento da prática profissional em análise, tem-se a Resolução do Conselho Municipal de Educação/CME/SB Nº 04/07/CME/SB, constituída por 19 artigos, que “orientam a implementação das normas que regulamentam a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, no Sistema Municipal de Ensino no Município de São Borja” (BRASIL, 2007).

Os principais artigos que vão ao encontro das perspectivas educacionais inclusivas, estão em seu artigo 1º no parágrafo único da resolução, onde deixa explícito que o atendimento desses alunos terá início na educação infantil, nas creches e pré-escolas (por profissionais especializados para realizar a estimulação essencial tendo conhecimento do desenvolvimento infantil), assegurando-lhes os serviços de educação especial sempre que se evidencie, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, a necessidade de atendimento educacional especializado (BRASIL, 2007).

O art. 2º refere-se ao sistema de ensino, que “deve matricular todos os alunos, cabendo ao órgão administrativo do sistema organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”.

Em seu art. 4º e nos incisos I, II e III, apresentam às modalidades da Educação Básica, enfatizando que a “educação especial” considerará as situações singulares, os perfis dos educandos, as características biopsi-sociais dos alunos e suas faixas etárias e se pautará em princípios éticos, políticos e estéticos de modo a assegurar:

- A dignidade humana e a observância do direito de cada aluno de realizar seus projetos de estudo, de trabalho e de inserção na vida social.
- A busca da identidade própria de cada educando, o reconhecimento e a valorização das suas diferenças e potencialidades, bem como de suas necessidades educacionais especiais no processo de ensino aprendizagem, como base para a constituição e ampliação de valores, atitudes, conhecimentos, habilidades e competências.

- O desenvolvimento para o exercício da cidadania, da capacidade de participação social, política e econômica e sua ampliação, mediante o cumprimento de seus deveres e usufruto de seus direitos.

Art. 7º refere-se ao atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais que “deve ser realizado em classes comuns do ensino regular, em qualquer etapa ou modalidade da educação Básica” Já o Art. 11º apresenta e recomendações às escolas e aos sistemas de ensino a constituição de parcerias com instituições de ensino superior para a realização de pesquisas e estudos de casos relativos “ao processo de ensino e aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais, visando aperfeiçoamento deste processo educativo”. (BRASIL, 2007).

O objetivo central desta resolução é oferecer as Escolas Municipais, e aos alunos/as com algum tipo de deficiência ou necessidades educacionais, uma igualdade de oportunidades e valorização da diversidade no processo da educação, e também salienta que tornar a Escola inclusiva e a sociedade é uma tarefa de todos.

Vale ressaltar nesse estudo, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva, que tem como objetivo:

[...] o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais (BRASIL, 2008).

Conforme Brasil (2008, p. 10), a mesma “garante” a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior, um atendimento educacional especializado, continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino, formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar, participação da família e da comunidade, acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação e Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

O Decreto nº 7.611, de 17 de Novembro de 2011. O mesmo tem como objetivo “dispor sobre a educação especial, o atendimento educacional

especializado” (BRASIL, 2011). O referente Decreto dispõe de onze artigos. Destacam-se aqui os artigos mais relevantes como, o Art. 1ª: “o dever do Estado com a Educação das pessoas público alvo da Educação Especial será efetivado de acordo com as seguintes diretrizes:” (BRASIL, 2011). Tem a necessidade de dar ênfase a outros artigos que são de suma importância para a efetivação da garantia de direitos às pessoas com deficiência na perspectiva da educação inclusiva. Observa-se:

- I - garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades;
- II - aprendizado ao longo de toda a vida;
- III - não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência;
- IV - garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais;
- V - oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação;
- VI - adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena;
- VII - oferta de educação especial preferencialmente na rede regular de ensino;
- VIII - apoio técnico e financeiro pelo Poder Público às instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial.

O Art. 2ª: A educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2011). O Art. 3º: É objetivo do atendimento educacional especializado: (BRASIL, 2011).

- I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;
- II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
- III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e
- IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino.

O Art. 6º: O Ministério da Educação disciplinará os requisitos, as condições de participação e os procedimentos para apresentação de demandas para apoio técnico e financeiro direcionado ao atendimento educacional especializado (BRASIL,

2011). O Art. 7º: O Ministério da Educação realizará o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola por parte dos beneficiários do benefício de prestação continuada, em colaboração com o Ministério da Saúde, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (BRASIL, 2011).

Conforme Carvalho (2004), o lema principal de Educação Inclusiva é derrubar todas as barreiras internas e externas à educação para garantir o acesso, a permanência e o sucesso de todos os alunos no processo de escolarização.

Projetos voltados a esse fim, juntamente com a comunidade, é um fator importante. É compreendido como um processo social, o objetivo a ser alcançado, é a integração das pessoas com deficiência na sociedade. Também é essencial a participação dos pais/responsáveis legais e da sociedade em geral no processo de inclusão da criança na escola.

Carvalho (2004) refere à necessidade de que todos/as os professores tenham uma formação continuada, ou seja, um aprofundamento ainda maior do que está sendo estudado, sempre buscando o conhecimento do tema a ser trabalhado, buscando ideias novas e inovadoras para a concretização do processo de inclusão desses sujeitos nas escolas.

A educação inclusiva se constitui como uma proposta necessária no enfrentamento das desigualdades sociais ao aprofundar e materializar os princípios da cidadania e da democracia no cotidiano escolar através de ações integradas e da articulação entre os diversos setores que compõem a vida social (econômico, social, político e cultural), fortalecendo o trabalho em rede e garantindo o atendimento às necessidades dos/as usuários na sua integralidade, entre elas, o acesso de educação de qualidade.

Nesse sentido, conforme Gadotti, a educação para a cidadania deve ser entendida:

[...] a partir de um movimento educacional concreto, acompanhado por uma particular corrente de pensamento pedagógico. Esse pensamento e essa prática, sem deixar de apresentar suas contradições caracterizam-se pela democratização da educação em termos de acesso e permanência, pela participação da gestão e escolha democrática dos dirigentes educacionais e pela democratização do próprio Estado. Foi no interior desse movimento, iniciado no final da década de 1980, que surgiu no Brasil o que é chamado hoje de “Escola Cidadã”, uma escola para e pela cidadania (2010 p. 67-68).

A efetivação da Educação Inclusiva implica, portanto, um processo de transformação estrutural e cultural da escola, articulada com toda a sociedade por fundar uma escola pública competente, participativa e democrática. A Educação Inclusiva é considerada um direito humano, onde as pessoas têm o livre acesso para a integração nas escolas inclusivas.

Cada vez com maior clareza, a Educação considera a necessidade de que todos os/as alunos recebam uma educação de qualidade centrada na atenção das suas necessidades individuais. Objetivo que coincide plenamente com a finalidade da educação inclusiva, posto que reconheça a diversidade existente entre os/as alunos de uma classe, determinando que eles recebam uma educação de acordo com suas características, uma vez que incrementa as possibilidades de aprendizagem para todos/as.

A filosofia da inclusão defende uma educação eficaz para todos/as, sustentada em que as escolas, enquanto comunidades educativas devem satisfazer às necessidades de todos os/as alunos, sejam quais forem as suas características pessoais, psicológicas ou sociais (com independência de ter ou não deficiência).

Trata-se de estabelecer alicerces para que a escola possa educar com êxito a diversidade de seus alunos/as e colaborar com a erradicação da ampla desigualdade e injustiça social. Ainda que essas acepções da inclusão apresentem suas próprias peculiaridades, seus pontos comuns se estabelecem no que se refere ao seu compromisso pela criação de uma sociedade mais justa, pelo desejo de criar um sistema educativo mais equitativo¹¹.

A escola não pára nunca, por isso precisamos mudar com a escola em movimento. As salas de aula são como pequenos organismos vivos dentro da escola. Cada classe tem vida e personalidade próprias. Cada turma estabelece um “clima” próprio que não pode ser negligenciado pelo/a professor que planeja suas aulas. O/a professor-educador deve conhecer cada um de seus alunos/as, aprender sobre a personalidade e clima de sua turma, entender sobre as relações de poder dentro da sala de aula, sobre as experiências, os interesses e os conflitos subjacentes às relações humanas que permeiam a convivência diária.

¹¹ A equidade social é a garantia da universalização de acesso aos direitos previstos em nossa Constituição Federal e, portanto, chave para um projeto de sociedade justa e fraterna.

As lutas históricas nos levam a reflexões que deixam questionamentos diversos diante da questão deficiência, percebe-se o quanto o ser humano é capaz de excluir só por credence, ou por puro preconceito, embora seja algo cultural.

O modelo social da deficiência, ao resistir à redução da deficiência aos impedimentos, ofereceu novos instrumentos para a transformação social e a garantia de direitos. Não era a natureza quem oprimia, mas a cultura da normalidade que descrevia alguns corpos como indesejáveis (...) ao denunciar a opressão das estruturas sociais o modelo social mostrou que os impedimentos são uma das muitas formas de vivenciar o corpo (DINIZ, 2009, p.69).

Assim, deve-se lutar para acabar com o preconceito, pois, suas raízes ainda permanecem, mesmo que anos e séculos tenham passados, gerações se foram, sociedades terminaram, outras se formaram, mas o preconceito está enraizado, e, independente da cultura, raça, religião, terá sempre aqueles/as que irão se considerar superiores aos demais, e, irão praticar o preconceito, e isso, vai passando de geração em geração. Cabe neste momento apresentar a experiência singular da prática profissional em Serviço Social com estes sujeitos de direitos, mas que em pleno século XXI se veem negligenciados e alvo diário de preconceitos sociais.

3 ESTÁGIO PROFISSIONAL: O CAM COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO

Evidenciar o estágio como uma estratégia reflexiva da formação profissional que complementa o processo de ensino/aprendizagem, é de extrema relevância. Este trabalho dá ênfase à prática profissional sistematizada a partir do exercício do estágio supervisionado em Serviço Social I e II (2018/2019), realizado no Centro de Atendimento Múltiplos, espaço de acolhida de crianças, adolescentes e jovens atendidos pela rede pública de educação no Município de São Borja. Buriolla (2001) refere que,

[...] o estágio é o lócus onde a identidade profissional do/a aluno é gerada, construída e referida; volta-se para o desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica e, por isso, deve ser planejado gradativamente e sistematicamente (BURRIOLLA, 2001, p.13).

Nesta perspectiva, a autora contribui para formação profissional em Serviço Social, afirmando que o estágio é essencial à formação do/a acadêmico, enquanto este lhe proporcione momentos específicos de aprendizagem, uma reflexão sobre a ação profissional, uma visão crítica da dinâmica das relações existentes na instituição/campo apoiados na supervisão como processo dinâmico e criativo, tendo em vista sempre possibilitar a elaboração de novos conhecimentos.

A Política Nacional de Estágios (PNE) institui o Estágio Supervisionado como uma atividade curricular obrigatória, que se configura a partir da inserção do/a aluno no espaço sócio ocupacional, objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional.

O campo de Estágio, CAM, tem por objetivo disponibilizar recursos humanos materiais, com a finalidade de promover atividades para que a aprendizagem esteja concentrada no potencial de cada aluno/a, de forma que uma incapacidade para andar, ouvir enxergar ou déficit no desenvolvimento, não seja classificada como falta de competência para aprender e nem o motivo para que os/as alunos desistam da escolarização.

A política a qual o espaço sócio ocupacional está vinculado é a política de Educação, que tem por objetivo garantir acesso à Educação Infantil, ao Ensino Fundamental e Médio. A partir da mesma, o/a aluno deve ter acesso ao atendimento educacional gratuito, bem como um olhar voltado às necessidades específicas, garantindo o acesso e a permanência na escola.

A inclusão do Serviço Social nessa instituição se deu por meio do projeto “Assessoria do Serviço Social e a Educação Inclusiva na rede de ensino fundamental em São Borja: o CAM, como espaço de atuação profissional”. Esse projeto foi uma parceria entre a Prefeitura Municipal de São Borja, a Secretaria Municipal de Educação e a UNIPAMPA. O principal objetivo desse trabalho foi de assessorar a comunidade escolar da rede municipal de ensino, na perspectiva da educação inclusiva, tendo em vista a efetivação do exercício da cidadania e tinha como objetivos específicos:

- Assessorar a comunidade escolar tendo em vista a orientação, mobilização e formação sobre a temática da inclusão e acessibilidade;
- Mapear as Escolas Municipais de São Borja dos/as alunos com necessidades educacionais, tendo em vista a realização do diagnóstico local;
- Analisar as possíveis situações de intervenção no que se refere ao campo de Serviço Social com vistas à garantia de direitos;
- Fortalecer a participação da família no desenvolvimento de atividades direcionadas a educação inclusiva e ao exercício da cidadania.

O trabalho foi de suma importância, pois possibilitou a inserção do/a Assistente Social em um novo espaço sócio ocupacional.

No CAM, o trabalho do/a assistente social é organizado de modo que demandas de infrequência em atendimentos psicológicos, fonoaudiólogos, pedagógicos, são atribuídas ao Serviço Social. Desse modo o/a assistente social realiza abordagens no sentido de sensibilizar a família para a importância da frequência de seus filhos/as nos atendimentos.

Dentro desse contexto de inserção profissional, as atividades exercidas pelo/a profissional Assistente Social na instituição são prioritariamente: Visitas domiciliares; Preenchimentos de documentos como prontuários; Pareceres sociais; Entrevistas, atividades de grupo, reuniões pedagógicas e de planejamento, assim como realização de Grupos focais, para levantamento de necessidades e soluções às demandas dos educandos. A intervenção como exercício da prática profissional no estágio, se desenvolveu a partir da técnica de grupo focal, na qual foi elaborada a prática de intervenção.

De acordo com Minayo (1992), grupo focal é um tipo de entrevista ou conversa em grupos pequenos e homogêneos. Porém, para serem bem sucedidos,

precisam ser planejados, pois, “visam a obter informação entre os participantes, seja para gerar consenso, seja para explicitar divergências” (MINAYO, 1992, p. 269).

3.1 O Projeto de Intervenção e a Inclusão Social

O objeto da intervenção profissional do/a assistente social são as múltiplas formas de manifestação da questão social, que se materializa no atendimento das demandas que remetem ao processo de desigualdades e resistências inerente à sociedade capitalista. É pelo exercício diário do trabalho profissional que o/a assistente social, por suas competências e atribuições privativas, contribui para a garantia de direitos dos seus usuários.

O Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social, como direção social estratégica, possui três pilares centrais: a Lei de Regulamentação da Profissão, o Código de Ética profissional (aprofundado em 1986 e maturado em 1993) e as diretrizes curriculares dos Cursos de Graduação em Serviço Social, amplamente discutidas e aprovadas pelo MEC, na segunda metade dos anos 1990. Elegendo a liberdade como valor central, entendida como a possibilidade de escolha entre alternativas reais-concretas. O Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social afirma seu compromisso com a autonomia, com a emancipação e com o pleno desenvolvimento dos indivíduos sociais. Para tanto, destaca a necessidade da construção de outra ordem societária sem exploração e dominação de classe, gênero e etnia (NETTO, 2010, p.15).

Como refere Silva (2010) a partir dos princípios gerais, o projeto reafirma o compromisso com a equidade, com a justiça social, com a universalização de bens e serviços, com a ampliação e consolidação da cidadania e dos direitos civis, políticos e sociais da classe trabalhadora, bem como com uma ampla e radical democratização entendida como socialização da riqueza socialmente produzida.

No campo da formação profissional, há uma clara defesa do aperfeiçoamento intelectual entendido como (auto)formação acadêmica qualificada, permanente e investigativa. O projeto estabelece, ainda, uma relação diferenciada com as pessoas atendidas, endossando o compromisso com o serviço prestado à população e com uma ampla publicidade e participação dos usuários atendidos (SILVA, 2010, p. 141).

A intervenção do/a profissional assistente social deve ser composta pelas três dimensões: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Nesta perspectiva, “essas dimensões constituem níveis diferenciado de apreensão da realidade da profissão, entretanto, são indissociáveis entre si, formando uma unidade, apesar de suas particularidades” (GUERRA, apud. PEREIRA, 2015, p. 05).

Ou ainda, às competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política:

[...] são requisitos fundamentais que permite ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho. Os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos são necessários para apreender a formação cultural do trabalho profissional e, em particular, as formas de pensar dos assistentes sociais (ABEPSS, 1996, p.7).

Tomando por base esses eixos da competência profissional, as discussões sobre estratégias e técnicas de intervenção profissional, podem ser feitas a partir de três questões fundamentais: o que fazer, como fazer e para que fazer. Segundo Pereira (2015), não se trata apenas da construção operacional do fazer, mas, sobretudo, da dimensão intelectual e ontológica do trabalho tendo isso como algo específico ao trabalho do assistente social em seus mais variados espaços “sócio-ocupacionais de intervenção”.

A primeira dimensão refere-se à capacidade de apreensão do método e das teorias e sua relação com a prática, na ação profissional. A segunda se relaciona aos objetivos e finalidades das ações do assistente social e os princípios e valores humano-genéricos que os guiam. Já a terceira faz alusão à capacidade de o profissional articular meios e instrumentos para materializar os objetivos, com base nos valores concebidos (GUERRA, 2000).

O projeto de intervenção no estágio profissionalizante, objetiva propor uma intervenção a ser realizada no estágio em Serviço Social com vistas a intervir na realidade social na qual o/a estagiário está inserido, proporcionando a articulação entre teoria e prática a partir da realidade institucional apresentada. O projeto de intervenção é um momento oportuno onde o/a estagiário estará percorrendo e intervindo diretamente na realidade social dos sujeitos que são atendidos pelas instituições sócio ocupacionais.

A definição do objeto se deu através da observação do Grupo de “deficientes visuais e baixa visão”, no qual se buscou realizar as sucessivas aproximações com

os mesmo no intuito de desvendar e buscar estratégias de resistência frente às demandas que emergissem. O grupo de “deficientes visuais e baixa visão”, reunia-se todas as sexta-feira no turno da tarde. Nesses momentos grupais, observou-se que os mesmos faziam atividades repetitivas a exemplo de montar alfabetos em E.V.A, em números, com pouco diálogo entre os participantes. Identificaram-se demandas não atendidas e a oportunidade para elaborar e desenvolver um projeto com o público alvo.

Primeiramente foram realizadas abordagens individuais com os/as integrantes do grupo para desvendar as suas principais demandas, às quais emergiram: superproteção da família, a falta de acessibilidade na cidade e o preconceito das pessoas com as Pessoas com Deficiência.

A partir disso, foram feitas dramatizações com o grupo sobre as demandas dos mesmos, as demandas foram dramatizadas no intuito de problematizar com os integrantes do grupo e elaborar estratégias de resistência sobre o objeto de estudo que se configurou no preconceito socialmente construído em relação à pessoa com deficiência.

4 COMPARTILHANDO SABERES: RESULTADOS DA INTERVENÇÃO PROFISSIONAL

A partir de sucessivas aproximações com os usuários do CAM, identificou-se a necessidade de aprofundar o trabalho com o grupo de sujeitos com deficiência. Foi realizado o desvelamento de forma individual com os/as usuários do grupo, para saber quais eram suas principais demandas.

A realização do projeto se justificou no sentido de trazer algo a mais para além das atividades já realizadas. Estas atividades estão voltadas para a coordenação motora, incentivando-os a montar alfabetos, letras, jogo da velha, entre outras. Observou-se que poderia se ampliar na perspectiva de necessidades individuais dos sujeitos atendidos. Outra dimensão importante aparece nas falas em momentos diversos, de que os mesmo/as sempre estavam relatando sobre os preconceitos que vivenciavam. Então o Projeto de Intervenção foi realizado no sentido de problematizar sobre os preconceitos vivenciados pelo grupo com a finalidade de buscar formas de resistências frente às demandas vivenciadas. Dessas expressões da vida dos sujeitos surgiu o Projeto de Intervenção: O trabalho do/a Assistente Social em relação às Pessoas com Deficiência. Que se desenvolveu a partir dos seguintes objetivos:

- Desvendar, como as Pessoas com Deficiência vivenciam os preconceitos cotidianamente;
- Elaborar, estratégias de resistências ao preconceito socialmente construído a pessoas com deficiência.

A metodologia de trabalho se deu da seguinte forma: no primeiro momento foi feito o desvendamento das demandas, dialogando individualmente com cada integrante do grupo para desvendar quais eram suas principais demandas. Logo após foram planejadas em conjunto com eles, dramatizações em encontros específicos para este fim. No total foram quatro encontros, nas seguintes datas: 03/05/2019, 10/05/2019 (resultante da primeira intervenção), 24/05/2019 e, 14/06/2019, todos com duração de aproximadamente 01h30min cada um, onde se dramatizava a situação, e analisava e da análise saíam proposições, pensando formas de resistir frente à determinada demanda. Todas as dramatizações com o grupo tiveram a participação dos/das mesmas.

Verificou-se que as demandas do grupo não eram da particularidade de cada sujeito, e sim, demandas que perpassavam a realidade do cotidiano vivido por todos os/as integrantes do grupo atendido. As demandas que emergiram foram, a superproteção da família, a falta de acessibilidade no Município, à falta de acessibilidade na confecção do RG e o preconceito socialmente construído.

Primeira Intervenção – Dramatização: A exclusão vivenciada na confecção do RG e a descoberta da superproteção da família.

Foi realizada essa dramatização com o grupo, e participaram da dramatização três componentes do grupo, entre os personagens, uma componente do grupo era a atendente que confeccionava o RG, outro foi o filho (Pessoa com deficiência) e outro a mãe. Na dramatização a mãe não deixava o filho falar e a atendente dizia que era impossível o mesmo assinar, pois não havia a guia no local.

Após a dramatização ficou evidente o que os usuários pensaram sobre o preconceito socialmente produzido que vivenciam cotidianamente, presente nos seguintes relatos:

“Na minha concepção, isso que aconteceu é muito errado, porque só a mãe fala, e aí dá pra entender que a filha não vive, a mãe só em função da filha: carregando, não dá autonomia para ela andar livre, a mãe é os olhos da filha” (Pessoa A).

“Quando qualquer adulto vai perguntar alguma coisa sobre ela (deficiente visual) perguntam para a mãe ou para a pessoa do lado. Quantos anos ela tem? Acabam tratando como se a pessoa cega fosse invisível” (Pessoa B).

“Eu não sou surda, sou apenas cega” (Pessoa C).

“As pessoas acham que estão tratando com criança” (Pessoa D).

“Na realidade, é que esse caso que encenaram aí, aconteceu comigo também, eu fui tirar minha carteira de identidade, aí fizeram tudo certinho, na hora de assinar, eles não tinham a régua, aí eu disse, mas como eu vou assinar? Eu quero assinar, não quero só colocar o dedo. Então eles disseram, mas nós não temos a régua, eu acabei me exaltando e perguntando, mas como vocês não tem a régua? E se chegar outro igual a mim ou pior, o que vocês vão fazer? Nós temos que dar um jeito de comprar uma régua para deixar aqui. Como eu vi que não tinha outra opção, então falaram que ia ter que colocar o dedo para assinar” (Pessoa E).

“E eles não percebem que fazendo isso, eles acabam magoando nós, acabam nos excluindo” (Pessoa A)

“Eu quando passo por isso, fico muito triste, desanimada, parece que me dá uma dor no coração, porque falam muito em inclusão, mas o que eu mais vejo é exclusão” (Pessoa C).

“Uma coisa que eu fico muito brava com a minha irmã é que eu digo para ela, quando alguém perguntar algo sobre ti, responde, não deixa que a mãe fale por ti” (Pessoa B).

“Mas eu sou muito tímida, fechada, então deixo que minha mãe responda por mim” (Pessoa C).

As falas dos sujeitos apresentam duas demandas importantes posteriormente trabalhadas: a Falta de acessibilidade e a superproteção da família.

A falta de acessibilidade parece ser um dos âmagos dos problemas das pessoas com deficiência, o que faz dessas pessoas, pessoas “discriminadas e oprimidas pela cultura da normalidade” (DINIZ; BARBOSA E SANTOS, 2009, p.70).

Após tais relatos fica explícita a necessidade do/a assistente social intervir através do acompanhamento familiar simultaneamente ao atendimento aos sujeitos do grupo, principalmente aqueles que sentem que suas decisões são lesadas pela opinião ou posicionamento familiar.

Evidencia-se que ao falarem sobre o preconceito eles o relacionam com sua falta de autonomia e com a reprodução do preconceito socialmente construído. Relatam que quando sua família opera como mediadora das relações que estabelecem socialmente é como se eles fossem objetos nulos, *“Quando qualquer adulto vai perguntar alguma coisa sobre ela (pessoa com deficiência) perguntam para a mãe ou para a pessoa do lado, não pergunta pra própria pessoa” (Pessoa B).*

Estas atitudes na perspectiva do cuidador tem o intuito de proteger, no entanto, acabam por impossibilitar a autonomia da pessoa com deficiência. Uma usuária relata que no seu entendimento, esse processo *“é muito errado, porque só a mãe fala [...] não dá autonomia para ela andar livre, a mãe é os olhos da filha” (Pessoa A).* Desse modo, os/as usuários ao discutirem sobre esse preconceito reproduzido pela família vão elaborando novas sínteses: *“Eu não sou surda, sou apenas cega” (Pessoa C).*

A reflexão que realizam sobre as relações que estabelecem no âmbito privado contribui para identificarem a opressão que está submetida na relação com a família que “cheia de boas intenções”, fragiliza seus membros Pessoas com Deficiência, *“As pessoas acham que estão tratando com criança” (Pessoa D).*

Segundo os relatos expostos, a família não permite o desenvolvimento das pessoas com deficiência como sujeitos livres, e o excesso de cuidado e superproteção condicionam o desenvolvimento social e motor das crianças acarretando em dificuldades cognitivas que desencadeiam dificuldades no âmbito escolar e nos níveis de sociabilidade da pessoa com deficiência.

A compreensão da família de que a pessoa com deficiência é incapaz de estabelecer relações autônomas tanto no âmbito privado, como público expressa e ao mesmo tempo oculta os processos sociais que determinam socialmente a existência do preconceito.

Ao focar a compreensão apenas na relação familiar, somente a família será responsabilizada pela reprodução do preconceito compreendido. No entanto, a família está inserida em relações sociais mais amplas que produzem processos sociais que padronizam os sujeitos a partir do modo de vida. Essa padronização pressupõe que as pessoas devem estudar se capacitar para o trabalho e se inserir, constituindo famílias e sustentando a mesma com o dinheiro adquirido de forma autônoma.

A sociedade produz processos sociais que levam os sujeitos a um único modo de vida, a um único modo de sociabilidade, as pessoas se capacitam através do estudo e devem ser competentes para conseguir e manter emprego e sustentar sua família com esse salário. Porém, como a família da pessoa com deficiência entende que seu filho não vai conseguir se encaixar nesse padrão, ela estabelece um cuidado excessivo para proteger seus filhos/as desses padrões socialmente construídos, porque entendem que os mesmo não vão se encaixar nos padrões de competitividade do mercado de trabalho, e conseqüentemente não vão ter condições de constituir família. Isto é um preconceito que tem uma base objetiva porque na vida concreta a sociedade funciona dessa forma.

Diante disso, o/a profissional de Serviço Social deve apropriar-se das dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativo e ético políticas para não culpabilizar a família por superproteger seus membros pessoas com deficiência.

Deve compreender que, não é somente a pessoa com deficiência, mas também a família, que irá enfrentar insegurança e limitações, a família terá que adaptar-se a pessoa com deficiência, pois terá mudanças internas e externas tanto na forma de relações dos membros da família, como destes com a sociedade. O que gera sofrimento para a família, pois na relação com a sociedade ela terá que

enfrentar o preconceito socialmente construído como pessoa com deficiência. E para isso muitas vezes as estratégias desenvolvidas acabam por produzir relações de superproteção no âmbito privado.

Conforme Glat, (2004, p. 04), “há um grande sentimento de frustração por parte do núcleo familiar” e esse sofrimento impulsiona formas de relações familiares que condicionam o desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência. Glat (2012, p. 115), refere que neste processo, as famílias passam por diversas fases, e uma delas é o luto que não é um processo simples:

Vale a pena ressaltar que a superação desta fase de luto e eventual aceitação da situação por parte da família não é um processo linear, que uma vez ultrapassado o choque inicial a vida continuará sem problemas. Infelizmente não é assim. Esse luto, esta sensação de perda, este sofrimento psicológico, sem dúvida voltará a acontecer em momentos chaves da vida da criança: na hora de aprender a falar, a andar [...] (GLAT, 2012, p. 115).

A família além de saber das dificuldades de inclusão, a mesma se isola e isola a pessoa com deficiência, reforçando a superproteção, impossibilitando que aquela pessoa tenha sua autonomia, porém os pais superprotegem. Em geral, a família entende que é uma forma de preservar a pessoa com deficiência de sofrimentos.

Lastima-se que essas posturas protetivas se dão pelo fator de que em nossa sociedade o preconceito é algo violento e muito presente e que apesar de todas as lutas, ainda há muito que ser feito. Nesse caso, a família, sem perceber, acaba reforçando o preconceito e não aceitação da pessoa com deficiência, pois ao isolá-la para protegê-la ocorre o contrário, pois estas pessoas precisam ser “vistas”, escondê-las é o mesmo que invisibilizá-las.

A postura crítica profissional torna-se indispensável para o atendimento dos interesses dos/as usuários do grupo, afinal pensar estratégias de resistência frente aos preconceitos vividos por pessoas com deficiência é tarefa árdua, mas necessária. Para que isso seja possível, o/a profissional de Serviço Social deve munir-se das competências profissionais teórico-metodológica, ético-política e técnico operativo.

Também fica explícita a necessidade de observar o método e suas categorias constitutivas enquanto subsídio para a leitura da realidade. Por este motivo a categoria dos/as assistentes sociais preza pela utilização do método dialético crítico

para leitura e compreensão da realidade dos sujeitos com os quais realizam suas intervenções profissionais.

Cada categoria se expressa através do todo que a realidade apresenta, na vida dos sujeitos, nas relações sociais, no cotidiano dos profissionais e na sociedade. Sabendo isso, concorda-se com a autora quando a mesma menciona que:

[...] o aprimoramento de estratégias sobre investigação social numa perspectiva crítica é de fundamental importância para o Serviço Social, considerando sua relevância para desocultar as múltiplas formas como a questão social se expressa no tempo presente (PRATES, 2012, p.1).

Fica nítido que para os/as profissionais de Serviço Social é indispensável uma postura investigativa e postura crítica, para a análise das discussões e declarações dos/as usuários no grupo, essa postura se manteve.

A compreensão de como as categorias explicativas de realidade se manifestam na vida dos sujeitos, nada mais é que uma forma de os/as assistentes sociais enxergarem a realidade de forma inconformada, no sentido de sair da zona de conforto. Entende-se que desta forma, os/as profissionais de Serviço Social, através de seu trabalho, podem desencadear processos de superação e fortalecimento dos sujeitos frente às expressões da Questão Social.

Em relação a não poder falar e reivindicar o motivo por não poder assinar o próprio nome do RG por intervenção de familiares, um dos/as usuários explana que isso ocorre *“para tentar proteger de alguma forma, mas só que não é legal, se eu fizesse isso minha mãe talvez fosse ficar surpresa”* (Pessoa R). Diante dessa fala, foi questionado o porquê que o grupo achava que as mães iriam ficar surpresas, uma das participantes responde: *“ porque ai ela vai pensar, minha filha quer ser independente e isso é muito bom”* (Pessoa D).

Percebe-se na fala do/as usuário/as, que a família não espera outra reação da pessoa com deficiência, que não seja a dependência. Tanto que para o/a próprio/a usuária/a este fato está visível, ao mencionar a surpresa da mãe em perceber que o/a filho pessoa com deficiência quer ser independente. Outro/a integrante do grupo relata, *“acho que cada uma reagiria de uma forma, algumas poderiam ficar brava, porque a filha poderia tá querendo saber mais que ela ou surpresa, pois nunca viu a filha reagir assim de querer falar”* (Pessoa R2).

Esses relatos só reforçam o quanto a família e seu apoio são importantes para que a independência dos/as integrantes do grupo seja respeitada e efetivada. Pois se observou que os integrantes do grupo respeitam e se importam com o que a família, representada pela figura da mãe, neste caso, vão pensar e/ou como vão reagir frente à tomada de novas posturas deles/as enquanto pessoas que reivindicam direitos.

O grupo relata também a importância deles serem independentes *“eu acho que a pessoa tem que ser dependente, não adianta ficar dependendo dos outros, um dia tua mãe falta, e aí?”* (Pessoa L). Nesta fala, o/a participante traz a importância de ter a atenção da mãe, porém, logo faz uma ressalva *“elas não podem interferir muito na vida da pessoa, se não aí também vai virar uma bonequinha”* (PESSOA L).

Com essas explicitações, fica expresso o quanto a família, de forma não proposital reforça a subalternização e até mesmo o preconceito às pessoas com deficiência, pois ao superprotegerem não permitem que os/as mesmos hajam de forma independente ou façam contestações frente às dificuldades do dia a dia.

Nesse sentido, nota-se a importância do trabalho do/a assistente social na relação de construção e fortalecimento do protagonismo dos usuários/as do grupo, a fim de que os mesmos sintam-se sujeitos, que fazem sua própria história, no sentido de ter escolhas. Observa-se que esses encontros possibilitaram uma aproximação diferenciada com os/as usuários, pois se configuram em momentos de troca de experiências e vivências. Fato este que permite o/a profissional assistente social apreender, através de sucessivas aproximações, o cotidiano, bem como a realidade dos sujeitos. Neste contexto, Kosik refere à pseudoconcreticidade que é:

[...] claro-escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos (KOSIK, 2015, p.15).

Esta é a situação com a qual se depara o/a profissional assistente social, o pensamento dialético-crítico é essencial para o desvendamento da realidade na busca pela essência dos fenômenos. O que ocorreu nos encontros foi uma forma de aproximação da essência de cada usuário/a do grupo, como afirma Kosik (1976, p.16) *“Compreender o fenômeno é atingir a essência. Sem o fenômeno, sem a sua manifestação e revelação, a essência seria inatingível”*. Por este motivo o

profissional de Serviço Social ao trabalhar com pessoas com deficiências, deve apreender que:

Todos os indivíduos são únicos, singulares, inseridos em uma rede ampla de relações. Os diversos sujeitos que produzem e reproduzem suas vidas diárias estão em um cenário que está historicamente condicionado a uma estrutura social desumanizadora que lhes exige a capacidade de ser “normal”, diante de tantas patologias da própria estrutura social da organização da sociedade (FERNANDES; LIPPO, 2013, p.282).

O fato das necessidades e diferenças das pessoas com deficiência do grupo não são por vezes, notadas e por vezes nem respeitadas. A sociedade em si traz preconceitos em relação as Pessoas com Deficiência, sem conhecer realmente o que de fato é necessário para que as mesmas sintam-se mais do que parte dessa sociedade, mas sujeitos de direito.

Conforme os autores há um processo de categorização do ser humano, onde:

[...] os muros que são criados nos processos sociais categorizam as pessoas em melhores e piores, maiores e os menores, e isso vai definindo quem entra e quem fica de fora do mundo social. A partir da categorização, a diversidade própria à condição humana fica relegada ao segundo grupo, ao grupo daqueles que estão marcados pelo signo da estigmatização e da desqualificação pessoal (FERNANDES; LIPPO, 2013, p.283).

Também ficou evidente neste encontro o quanto os/as usuários sentem-se lesados/as quando são impedidos de falar, ou então quando outras pessoas, mesmo sendo da família, pronunciam-se por eles/as. Acredita-se que em relação a este fato, o que o/a assistente social pode fazer é intervir juntamente com a família, orientar os/as usuário no sentido de que o mesmo se expresse e não permita que “falem” o tempo todo por eles/as.

Entende-se que trabalhar na perspectiva de que a família compreenda que proteção é algo diferente de privar a pessoa com deficiência de expressar-se frente a situações que ocorrem no dia-a-dia é uma forma importante para fortalecer esses sujeitos. Tendo em vista que os/as próprios usuários/as do grupo em algum momento das discussões problematizam sobre isso, sem culpabilizar a família, entendendo a ação enquanto uma forma de proteção.

Sobre a questão de os/as usuários não poderem assinar seus próprios nomes no RG, destaca-se que Estado está negligenciando o direito dessas pessoas de ter o nome assinado no documento, o que para eles/as é importante. Os/as usuários

sabem das suas condições intelectuais, porém, não demonstram satisfação em não poder assinar seu nome no documento pelo fato de não ter disponível o guia de assinatura necessária para isso.

Um resultado importante referente ao fato da exclusão vivenciada na confecção do RG, a Professora Especialista em Braille se propôs a treinar os/as integrantes do grupo a assinar seus nomes com o guia, para que quando os/as mesmo estiverem sabendo assinar seu nome, fosse até o local de confeccionar o RG, e assinar seu nome em suas RGs com o guia de assinatura.

Nesta necessidade de se ter elementos básicos que é o caso de um Guia de assinatura, o órgão expedidor desse serviço público deve considerar a necessidade desse instrumento para que o acesso das pessoas com deficiência a esse direito não seja negado. Com isso, fica evidente que:

[...] as pessoas com deficiência, por demonstrarem singularidades marcantes, foram submetidas a um esmagador processo social de exclusão e segregação ao longo da história e da organização das sociedades. Vivemos e nos desenvolvemos em um mundo pensado e feito para todos serem iguais, para um tipo de ser padronizado, idealizado e não condizente com as peculiaridades humanas que nos fazem ser, por condição, diferentes uns dos outros. Causa estranhamento analisar a história e perceber que há tantos eventos que punem de forma tão violenta toda a expressão das singularidades pessoais (FERNANDES; LIPPO, 2013, p.284).

Nesse sentido, cabe ao profissional do serviço social criar estratégias de intervenção que vão ao encontro da defesa e garantia de direitos para as Pessoas com Deficiência, bem como do fortalecimento dos mesmos. No projeto ético-político do Serviço Social não tem espaço para a omissão do compromisso que a categoria profissional tem para com as pessoas com deficiência. Sobre essa bandeira de luta, coaduna-se com a autora:

A inclusão só é uma luta porque essa não acontece naturalmente como deveria ser nas sociedades. Uma vez que cada sujeito é parte do seu contexto, essencialmente deveria poder estar pertencendo ao mesmo. Toda a luta pelos direitos humanos é uma luta por pertencimento, é uma luta das pessoas para estarem inseridas em seu contexto de vida. O Serviço Social é uma profissão que advoga a causa da humanização das relações sociais (FERNANDES, 2005, p.4).

Observa-se neste encontro que as declarações apresentadas pelos/as usuários/as foram suficientes para que se compreenda um pouco do que os/as

mesmos vivenciam em simples atos que deveriam ser corriqueiros. Tais como, falar e ser ouvido/a, não ser interrompido/a ao expressar opinião ou assinar o próprio nome enquanto forma de identidade. Compreendeu-se que todos/as entendem a dependência de alguém como algo negativo, por vezes necessário, mas que priorizam a independência e o respeito às opiniões quando as quiserem expressar.

Os participantes demonstraram insatisfação diante dessa superproteção da família e expressaram formas de resistir a esses processos de subjugação ao qual estão submetidos no âmbito família, o fica evidente na fala desta participante: *“uma coisa que eu fico muito brava com a minha irmã é que eu digo para ela, quando alguém perguntar algo sobre ti, responde, não deixa que a mãe fale por ti”* (Pessoa B). Esse processo de resistir à opressão no âmbito familiar foi discutido em grupo e a irmã que foi aconselhada a não deixar a mãe falar por ela referiu o seguinte: *“Mas eu sou muito tímida, fechada, então deixo que minha mãe responda por mim”* (Pessoa C).

Infere-se que por mais que a usuária supere a timidez a mesma tem que enfrentar toda a barreira que é o preconceito socialmente construído que concebe a pessoa com deficiência como incapaz.

Segunda Intervenção - resultante da primeira Dramatização

O processo de dramatização da realidade dos/as usuários potencializou as reflexões como formas de resistência, de certa forma os/as usuários do grupo na dramatização, se viram na vida real, e pensassem de maneira crítica frente à dificuldade, ao invés de pensar uma situação em que seus direitos são respeitados.

Ficou nítido que a pessoa com deficiência demonstrava para a mãe a necessidade de deixar a mesma falar e reivindicar o porquê da pessoa com deficiência não poder assinar na RG. A dramatização foi realizada objetivando o processo de reflexão entre os próprios sujeitos da ação, era oportuno que eles/as pensassem como seria se fosse ao movimento contrário, de imaginar. Como refere um dos participantes,

Se fosse como foi interpretado aí, seria bom porque é um Direito de todo “deficiente”, porque todos nós sabemos assinar o nosso nome, e nós tinha que fazer isso toda hora, buscar nossos direitos (Pessoa D).

Nota-se que o/a usuário pensou de forma crítica que seria muito bom se realmente fosse dessa forma, pois se todos soubessem de seus direitos talvez, estes não seriam vistos como seres invisíveis. Se cada usuário/a pensasse dessa forma os/as mesmos poderiam reivindicar com mais frequência por seus direitos, bem como os deveres do Estado na relação das pessoas com deficiência com os meios de transporte, as ruas, enfim, outros aspectos que envolvam acessibilidade.

Entende-se que pensar de forma crítica, possibilitaria que os/as usuários percebessem o mundo a sua volta de forma diferente. Talvez menos inocente frente aos preconceitos que perpassam seu cotidiano, até mesmo em perceber o porquê de alguns direitos tão básicos serem inacessíveis.

A segunda intervenção em forma de dramatização apresentou expressões significativas que levaram o grupo a propor estratégias de resistência como referem estas falas:

*“quando perguntam as coisas eu respondo, **nós devemos nos empoderar, não deixar ninguém responder por nós**” (Pessoa D).*

*“Ai eu também gosto muito de cantar, mas não sou das boas, só que **quando eu canto eu me sinto mais feliz e me faz esquecer de todos os problemas**” (Pessoa A).*

Acredita-se que uma forma de perder a timidez ocorre numa simples proposta, uma atividade onde ocorreria uma apresentação, eles/as cantariam. *“Eu era muito tímida/o, então, sabe o que eu fiz, eu comecei a cantar bem alto e ouvir a minha voz, aquilo parecia que me motivava, desde então eu não tive mais timidez” (Pessoa D).*

O grupo planejou realizar uma atividade onde eles pudessem se apresentar às suas famílias, onde eles pudessem apresentar suas diferentes qualidades e que as famílias tinham que participar. A proposta deixou o grupo empolgado, ressaltaram que seria importante se as mães participassem, *“e as nossas mães poderiam participar, para que elas vissem que nós não temos vergonha de sermos “cegos” e que podemos decidir sozinhos os que queremos ou não” (Pessoa D).* A atividade resultou em um momento musical em comemoração ao dia das mães.

A estratégia do momento musical foi na perspectiva de que particularmente as mães veriam que eles não têm vergonha de se expressar pelo fato de apresentarem deficiência e que essa condição não os anula enquanto sujeitos em

potencial e que os mesmos querem e podem ter a liberdade de responder por si próprios.

E foi o que aconteceu no dia das Mães, todos se reuniram para cantar para sua família que ficaram emocionados, pois os integrantes das famílias não imaginavam que os/as integrantes (Pessoas com Deficiência) teriam coragem de cantar para elas na frente de todos/as do grupo.

Terceira Intervenção – Demanda do Piso Tátil

Nesta intervenção realizou-se um passeio com o grupo no centro da cidade, para localizar quais eram os locais que havia o piso tátil. Este encontro foi realizado na perspectiva de causar ainda mais reflexões e problematizações no grupo a partir tendo como referência esta indagação: *“como é para vocês, seguir a linha vertical que significa seguir em frente e acabar dando de cara no poste?”*.

O referido encontro contou com vários relatos para problematização, dentre eles, este em que o/a usuário/a diz: *“O piso tátil está totalmente errado e as pessoas não buscam se informar porque dá no poste, porque não é da realidade deles, para as outras pessoas o piso tátil não tem importância nenhuma, pois não necessitam dele”* (Pessoa R1). Ao mesmo tempo em que é evidente, é também constrangedor a indignação deste/a integrante do grupo frente ao não entendimento da sociedade em relação à importância que o piso tátil tem para as pessoas com deficiência. Compreender e assimilar a realidade do outro não é algo fácil de fazer, por vezes a dificuldade do “outro” passa “batido” pelos olhos de uma sociedade inteira.

Na intervenção, nas próprias falas dos/as usuários encontravam respostas para algumas questões, como menciona a/o integrante do grupo *“... não é porque não faz parte da minha realidade que eu não vou me importar”* (Pessoa R2).

Torna-se relevante destacar outra fala, uma pessoa do grupo diz:

O pessoal gosta muito de ficar dentro de uma bolha, tem que sair da bolha, eles ficam muito naquela bolha e não estão nem ai para ninguém e ai acaba esquecendo-se das minorias e eu acho também, que não basta ter o piso e ele não ser acessível, porque não adianta ter o piso no meio da rua, sendo que colocam lixeira, postes (Pessoa R3).

A indignação está exposta nas entrelinhas durante as falas dos/as usuários/as, quando se trata de problematizar a respeito do que eles não têm acesso, as palavras vêm à tona. É explícita a negligência do município frente às necessidades de mobilidade das pessoas com deficiência, pois o piso tátil, segundo os/as usuários/as encontra-se precário e posto inadequadamente nas calçadas. Sobre isso, outro integrante do grupo menciona:

O piso tátil é horrível, pois não tem uma infraestrutura, ele não tem um preparo para a gente andar ali, e quando tu cruza, os outros também não sabem, cruzam na mesma hora e não sabem que têm que saírem da frente e se a gente bate neles eles ainda reclamam, mesmo tu não enxergando, nem sabem que ali tem um piso e que é para os deficientes e isso é muito difícil (Pessoa D).

A fala reitera que é muito desafiador ser uma pessoa com deficiência, tendo em vista que nem o direito a ir e vir está garantido para os/as mesmos/as. Levando-se em consideração que há postes, lixeiras e orelhões no caminho do Piso Tátil, e conseqüentemente das pessoas com deficiência. Em relação à expressão “*não sabem que tem que saírem da frente*”, retrata a desinformação da população com relação ao Piso Tátil.

Acredita-se que para dar visibilidade a este problema que atinge especialmente às pessoas com deficiência, teria que haver mais ações voltadas à conscientização/reflexão da população em relação às pessoas com deficiência.

Com possível estratégia de intervenção da realidade emergiu a seguinte fala:

Eu como faço jornalismo, acho que seria legal se nós fizéssemos uma reportagem sobre esse assunto, e poderíamos divulgar, pois muitas pessoas com certeza não sabem o que significa o piso tátil, e para que as autoridades vejam o desrespeito que nós passamos (Pessoa R1).

De forma direta o/a usuário do grupo sugeriu uma alternativa de aumentar a compreensão da população em relação ao piso tátil e sua importância e significância para as pessoas com deficiência. Objetivou-se informar que os mesmos estão instalados em alguns lugares, de forma inapropriada, assim como demonstrar a realidade de dificuldades de mobilidade pela qual passam as pessoas com deficiência.

Nesta intervenção, outros diálogos importantes foram estabelecidos, presentes nestas falas:

Acho que poderíamos fazer também com o caso da identidade, levar para alguém esses casos e buscar resolver (Pessoa R2).

Sim, nós temos que ter nossos direitos garantidos também, não é porque somos deficientes que não podemos ter nossos direitos (Pessoa R3).

Isso, eu adorei, temos que nos unir e ir buscar nossos Direitos (Pessoa R3).

No diálogo acima, pode-se observar que os/as usuários têm uma percepção sobre a realidade que está para além do senso comum, pois pensam em levar o caso de suas reivindicações a alguém que possa subsidiá-los/as a resolver tais problemas.

Entende-se que o serviço social encontra-se naquele espaço para absorver tais demandas e juntamente com os/as usuários encontrar caminhos que proporcionem o atendimento as necessidades e demandas dos/as mesmos/as. Nesta área específica, deve estar atento ao fato de que:

[...] as políticas voltadas para atender às pessoas com deficiência devem estar imbuídas da concepção de acessibilidade universal. A partir disso, temos a análise crítica de uma realidade social que criou processos sociais segregatórios e da necessidade de uma readequação das instituições sociais. Vejamos que aqui se inverte o problema que estava localizado no sujeito, como o “portador” de uma patologia, para perceber na sociedade uma necessidade de avançar em seus conceitos e práticas (FERNANDES; LIPPO, 2013, p.287).

Nesse sentido, compreende-se que o/a profissional de Serviço Social, em suas intervenções cotidianas assume um verdadeiro compromisso com as pessoas com deficiência e seus direitos. Na intervenção realizada com o grupo observou-se que os/as usuários tem forte indignação frente a algumas situações que os/as mesmos/as vivenciam. Além disso, conseguem dialogar na perspectiva de levar essas demandas para alguma autoridade competente, apresentando também o desejo de que toda a população conheça os direitos das pessoas com deficiência.

No entanto, quando os/as usuários propuseram essa estratégia de resistência em forma de uma reportagem jornalística foram orientados a não fazerem a reportagem. O serviço social da instituição argumentou questões referentes ao

contexto político que implicaria diretamente em seu cargo de confiança. E a reportagem não se concretizou.

Este episódio vai ao encontro das reflexões de Iamamoto (2012) quando se refere à autonomia relativa. Pois o exercício profissional do serviço social se torna limitado, no momento em que sua condição de trabalho, impacta na forma direta nos resultados que beneficiam os/as usuários da instituição.

Diante do exposto é necessário mencionar que inserção do Serviço Social na divisão sócio técnica do trabalho lhe faculta “um caráter contraditório que não deriva dele próprio, mas do caráter mesmo das relações sociais que presidem a sociedade capitalista” (IAMAMATO, 2012, p. 54). Esse caráter contraditório se expressa na medida em que suas atividades são exercitadas no campo de interesses das classes sociais, sendo os profissionais contratados para desenvolverem ações junto aos trabalhadores/as, colocando os seus trabalhos polarizados por projetos antagônicos.

Nesse contexto, embora o profissional se comprometa com a luta e a garantia dos direitos sociais, o seu trabalho sofre os ordenamentos dessa realidade, no entanto o/a assistente social deve buscar estratégias para realizar o seu trabalho visando os interesses de seus usuários. Considerando que o trabalho do/a Assistente Social nos espaços sócio ocupacionais é de “aflição”, pelo fato de ser um trabalhador/a assalariado, onde este encontra limites para sua atuação profissional “a suposta autonomia que o Código de Ética garante na verdade revela-se como uma relativa autonomia” (AVILLA, 2017, p. 04).

Tem-se como principal desafio na atualidade reforçar o PEP¹² da profissão, tê-lo como um caminho para exercer a profissão na “contramão dos ditames do mercado, ou seja, das imposições do Neoliberalismo” (AVILLA, 2017, p. 06). A autora reforça que para fortalecer o PEP e garantir a autonomia, o/a Assistente Social precisa obter-se das dimensões da competência profissional. A dimensão ético-política como um compromisso que a categoria profissional, tem com a classe trabalhadora e com a transformação social.

A dimensão teórico-metodológica é o embasamento teórico, ou seja, buscar um aporte na teoria para orientar a prática profissional, para que haja um direcionamento de como intervir. A dimensão técnico-operativa leva ao domínio dos instrumentos técnicos para o exercício profissional, “e não só os instrumentos

¹² Projeto Ético Político do Serviço Social

técnicos, mas também dominar os aportes legais e normativos que subsidiam a profissão” (AVILLA, 2017, p. 07).

O que merece destaque é que o projeto profissional não foi construído numa perspectiva meramente corporativa [...] Ainda que abarque a defesa das prerrogativas profissionais e dos trabalhadores especializados, o projeto profissional os ultrapassa, porque é histórico e dotado de caráter ético-político, que eleva esse projeto a uma dimensão de universalidade, a qual subordina, ainda que não embasa a dimensão técnico-profissional. Isto porque ele estabelece um norte, quanto a forma de operar o trabalho cotidiano, impregnando-o de interesses da coletividade ou da “grande política”, como momento de afirmação da teleologia e da liberdade da práxis social (IAMAMOTO, 2012, p. 227).

Enfim, o/a assistente social precisa ter conhecimento teórico e ético-político, o que o leva a compreender criticamente o movimento do real para intervir nas demandas do cotidiano. E desta forma, passa atuar com elementos capazes de favorecer alternativas coletivas para as demandas do cotidiano, ou seja, em favor dos usuários (AVILLA, 2017).

Iamamoto (2012), refere que é no mesmo processo dialético que se coloca os limites para implementação do projeto, assim como as alternativas. Na dinâmica dessas relações é que se encontram os problemas a serem enfrentados. Portanto nos limites para a implementação do projeto profissional, e onde há possibilidades de conduzir um trabalho em favor da classe trabalhadora, o/a profissional precisa estar comprometido com uma atualização contínua e estar em sintonia constante com os conselhos profissionais e também com os conselhos de direito.

Quarta Intervenção - Dramatização do Preconceito socialmente construído

Esta intervenção se desenvolveu a partir de uma dramatização realizada da seguinte forma: um dos integrantes está caminhando sozinho, quando escuta alguém (outro integrante do grupo) falar no celular com outra pessoa, dizendo que havia um “deficiente visual” andando sozinho e que estava fingindo ser “deficiente visual” só pra ganhar o BPC, pois se fosse realmente não estaria andando sozinho.

A intervenção com o grupo teve como objetivo problematizar sobre como eles/as encaram certos julgamentos da sociedade sobre sua condição de pessoa com deficiência. Mais precisamente sobre quando pessoas acusam os/as usuários de fingirem ser pessoas com deficiência para ganhar o Benefício de Prestação

Continuada (BPC). Pessoas na rua julgando a pessoa com deficiência por andar sem auxílio de outra pessoa, alegando que esta estaria mentindo para se beneficiar.

Sobre essa situação uma pessoa do grupo exclama

É assim né, o deficiente visual que anda na rua, e quando ele se desvia de alguma coisa para não se bater, eles dizem que a pessoa está se fazendo, não são todos, mas alguns acham isso, e isso aí é meio ilusão da cabeça deles, mas se nos vamos falar algo já da uma briga, dizer: não eu não estou me fazendo estou cruzando porque eu senti com a bengala e tenho noção de que ali tem algo que posso me bater, mas até explicar isso para as pessoas né (PESSOA D).

O/a usuário refere-se a uma situação que parece ser frequente para as pessoas com deficiência, o fato deles/as andar na rua com o auxílio da “bengala” e não de uma pessoa, parece ser motivo de espanto para boa parcela da sociedade.

Parecem-nos faltar duas características básicas que são empatia e sensibilidade, por parte da sociedade frente a uma realidade que não vivenciamos, mas que poderíamos ao menos respeitar as diferenças.

Quando a pessoa do grupo diz que “*isso é meio ilusão da cabeça deles*” outro/a participante do grupo intervém, dizendo: “*Não é ilusão, é ignorância das pessoas*” (PESSOA C).

Entende-se que a superação deste tipo de visão de mundo, está longe de ser superada, tendo em vista que nos dias atuais a corrupção está cada vez mais naturalizada e comum nas relações da sociedade, nos mais variados setores em escalas de menor ao maior potencial. Julgamentos sem conhecer a realidade, o que por vezes constrange e desanima os/as usuários, que além de ter que superar dificuldades concretas, também passa a ter que superar os julgamentos morais. Compreende-se que:

[...] a questão das deficiências deveria ser vista tendo como referência essa condição de diversidade característica dos seres humanos. Por maiores que sejam as limitações físicas, sensoriais, intelectuais ou psíquicas, o ser humano é sempre capacitado para viver, para fazer parte de seu conjunto humano, especialmente se as condições de vida forem menos adversas do que as que a sociedade tem oferecido para as pessoas viverem (FERNANDES; LIPPO, 2013, p.283).

A questão das “deficiências” deveria ser vista pela perspectiva da diversidade enquanto característica do ser humano, apesar disso, os relatos trazidos pelos/as

usuários demonstram o contrário. Um participante do grupo traz a seguinte colocação

É a mesma coisa que falam pra mim, como eu uso computador, a minha mãe dita para mim e eu digito rápido, aí já chegou de meu padrasto me dizer: mas tu enxergas, porque como tu consegues digitar rápido? Claro que eu sei né digitar rápido, eu estudei e aprendi (PESSOA T).

Fica evidente que o senso comum “fala mais alto”, já que as pessoas com deficiência possuem limitações. Parte da sociedade acredita ser impossível que os/as mesmos/as possam desenvolver suas habilidades e certos serviços, como por exemplo, a rápida e exata digitação no computador. É lamentável que:

[...] as pessoas que apresentam algum tipo de deficiência são vistas com desprezo, piedade, às vezes com superstição, e não como cidadãos de direitos como todos que fazem parte da vida social. O mesmo se dá com os negros, os índios, com homossexuais, com as mulheres, com os estrangeiros de países que não sejam os ditos desenvolvidos. Enfim, toda diferenciação pode se tornar sinônimo de desqualificação (FERNANDES; LIPPO, 2013, p.283).

Acredita-se que esse pensamento se potencializa na relação capital e trabalho, pois as diferenças passam a ser vistas como desqualificação e/ou incompetência. Concordando-se com os autores Fernandes e Lippo (2013, p. 283) quando mencionam que “As pessoas com deficiência foram situadas neste contexto e consideradas incapacitadas e inválidas”.

Contudo, o que se observou durante as intervenções foi totalmente o oposto, as pessoas com deficiência têm limitações sim, mas isso não as torna inválidas perante as inúmeras outras atividades que desempenham do cotidiano. Ainda sobre essa questão de as pessoas não acreditarem na “deficiência” dos usuários/as, percebe-se também nos relatos as situações de falta de atenção e por vezes até de falta de educação pelas quais os/as mesmos passam. Como refere à fala abaixo:

Outra coisa é que elas não dão lado para as pessoas também, teve uma vez que eu estava andando no piso tátil e uma pessoa caiu na minha bengala, eu não vi que ela estava na minha frente, e ela mesmo me vendo ir não saiu da frente, então foi que ela tropeçou na minha bengala e caiu (PESSOA T).

Mais uma vez, o piso tátil volta as problematizações do grupo, isso demonstra a importância do mesmo na vida deles/as, mesmo que ele exista em poucos pontos da cidade, parece que para além da instalação inadequada, o que também atrapalha as pessoas com deficiência a usar este instrumento de mobilidade é a falta de conhecimento e instrução da população. Refere-se a isso tendo em vista que eles/as relatam que as pessoas não saem da frente do piso tátil para que eles/as possam utilizá-lo.

Com isso, pode-se inferir que a falha não está somente na colocação do piso tátil, mas também na ação humana, incapaz de perceber no outro com respeito sua “deficiência”. Daí a importância e necessidade de um trabalho coletivo e interdisciplinar que vá ao encontro da superação de estigmas como os citados acima, ações que subsidiem a população a perceber as pessoas com deficiência como cidadãos que têm direitos.

Fazendo-se saber que em conformidade com a lei, que refere pessoa com deficiência como aquelas que possuem impedimentos de longo prazo, como deficiência física, mental ou sensorial, ou seja, em relação com “diversas barreiras, que podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2009, art. 1º).

Tal definição deveria ser do conhecimento de toda a população, não somente daquelas que convivem e/ou tem uma pessoa com deficiência na família. Acredita-se que reconhecer essas diferenças enquanto condição que também nega o acesso aos direitos é também compreender que essas pessoas precisam ter mais visibilidade e respeito quanto ao acesso e participação plena e efetiva na sociedade, como expressa relato de um dos integrantes do grupo sobre estar passando com a bengala e não ser ouvido/a quando pede licença as pessoas que estavam na rua:

Isso aí aconteceu agora essa semana, eu fui passar e tinha um monte de gente na frente, aí eu fui pedindo licença e nada, disse três vezes licença, aí o que eu fiz, eu apelei para a ignorância, dei uma “paulada” na perna de uma das pessoas e disse agora tu está me ouvindo, aí a pessoa disse aí me desculpa senhor, mas depois de tanto pedir licença e não terem me ouvido eu tive que fazer isso, partir para a ignorância (PESSOA L).

Um ato de agressão respondendo a outra agressão, a violação do direito de ir e vir, o que se configura como mais uma prova que reforça o fato da invisibilização inscrita nas relações. Entende-se que o ato de bater nas pessoas que não deixavam

a pessoa do grupo passar com a bengala foi um ato extremo. Outro participante refere; *“Eu sempre ando com a bengala, porque a bengala é como se fosse uma identificação, mesmo eu com bengala as pessoas ficam na frente imagina se eu andasse sem”* (PESSOA R). A “bengala” é um objeto que faz parte da vida da pessoa com deficiência visual, deveria ser natural para todos os sujeitos de direitos ao observar alguém com este instrumento de apoio, oportunizar passagem.

No que se refere às filas preferenciais, os usuários/as relataram suas vivências da seguinte forma:

E hoje eu estava na lotérica e estava na fila preferencial, aí um senhor me perguntou se ali não era só fila dos idosos, aí a mãe disse, claro é sim, mas é também para deficiente visual, aí ela da minha mão e saímos assim, ele viu que eu era deficiente (PESSOA C).

Muita gente já ficou brava comigo por causa de fila, eu estava na fila e tentei justificar que era por causa da minha deficiência, só que as pessoas não entendem e principalmente os mais idosos, várias vezes já mudei de fila, ou já fui para trás da fila, porque as pessoas idosas sempre complicam (PESSOA R).

O fato de a pessoa ter envelhecido, não significa objetivamente que seus padrões culturais e morais tenham mudado no sentido de evoluir. Mais uma vez, a percepção que se dá nas filas de estabelecimento público é de desrespeito com as pessoas com deficiência. Percebe-se o quanto é difícil para algumas pessoas compreender que pessoas com deficiência também são pessoas inclusas na sociedade para terem seus direitos respeitados.

Torna-se relevante também refletir sobre as seguintes falas dos/as usuários/as

Eu quero falar, sobre o que estavam falando ali de coitadinho, eu como pego muito ônibus, as pessoas fica colocando a gente como doente, “aí o doentinho está passando”. Esses dias eu estava com umas coisas, aí eu falei para o cobrador: pede pro motorista abrir que eu vou subir por trás, aí ela disse viu motorista, abre aí que o doentinho vai subir (PESSOA D).

Eu não acredito que falaram isso (PESSOA C).

Falou, só que assim se eu fosse outro eu ia encher de ralhada, mas na hora eu pensei, vou deixar quieto, aí eu passei assim e uma pessoa me disse, a cobradora não sabe o que ela fala. E eu sei que ela não sabe o que fala, mas ela falou né, e isso aí machuca. (PESSOA D).

E o pior é que se tu vai falar algo tu que passa por mal educado (PESSOA L).

As expressões dos sujeitos demonstram o quanto os/as usuários ficam magoados/as ao serem tratados/as com piedade e/ou pena pelas pessoas que estão dentro os “padrões estabelecidos”. Acredita-se que os rebatimentos dessas falas presentes no senso comum da população, deixam marcas profundas, estão e tem rebatimentos também psicológicos e emocionais para as pessoas com deficiência. Para além das legislações, falta *humanização* das relações traduzidas em ações.

Fica cada vez mais evidente que a sociedade está “doente”, no sentido de que enxergar o outro está cada vez mais difícil, ainda mais quando esse olhar deve ser direcionado a pessoas que não estão dentro do “padrão da normalidade” estabelecidos pela sociedade. Concorde-se com a autora ao expressar que:

[...] na perspectiva do materialismo histórico, o processo de humanização acontece na medida que é possível para os sujeitos expressarem-se em seu contexto, inserirem-se no mesmo, por intermédio de suas atividades e criações. A humanização, entretanto, é uma dinâmica que muitas vezes fica interdita nesta sociedade. Inúmeros processos sociais de exclusão, criados na dinâmica das relações sociais, interdita as possibilidades de inserção do sujeito em seu meio. Dificultam o acesso das pessoas nas instâncias disponibilizadas no social (FERNANDES, 2005, p.3).

Apreende-se que esta citação é muito pertinente aos que se propõe em problematizar e refletir na intervenção que se realizou com o grupo de pessoas com deficiência. Pois em vários relatos dos/as usuários/as observou-se que o problema não está somente nas más estruturas que comportam o piso tátil ou da falta do Guia no departamento de registros de pessoa física. A desqualificação da pessoa com deficiência perpassa outros valores que a sociedade carrega consigo desde a sua gênese, o preconceito, a banalização e o egocentrismo são partes constitutivas desta herança. Como o que pode ser identificado na fala destes dos/as usuários.

Também tem essa parte da deficiência, que as pessoas que são ditas como normal, sempre ficam perguntando como é nossa vida em casa, e eles não entendem que é normal como todo mundo, só que para eles uma pessoa deficiente não é igual eles, daí ficam perguntando mil e uma coisa (PESSOA D).

Será que comem? Será que bebem água? Onde vivem? Hahaha (PESSOA A).

Uma vez, eu estava indo para a Educação Física com uma colega, aí eu falei aí que dor no meu pé, e ela me disse R. tu sente? E outra vez ela me perguntou se eu chorava, se eu sentia (PESSOA R).

Pra mim um dia me perguntaram se eu sabia o que era dia e o que era noite (PESSOA RO).

Intencionalmente ou não, por vezes algumas pessoas fazem perguntas e indagações a respeito do cotidiano inadequadas que os/as deixam irritados/as e indignados/as. Apesar de entenderem que existe sim uma curiosidade a respeito de como é o dia a dia de uma pessoa com deficiência, as pessoas deveriam ter no mínimo um pouco de cautela ao fazer perguntas desnecessárias e por vezes desrespeitosas. Tais perguntas só revelam a face que desqualifica e desumaniza o ser humano, reduzindo a um patamar a menos crítico o olhar sobre a realidade do outro.

Os anos de segregação produziram esse tipo de nacionalidade. Por isso, a Inclusão, não obstante todas as suas dificuldades, é uma meta irrenunciável. Essas pessoas são “estranhas” e “desconhecidas” porque não estavam no cotidiano das escolas comuns.

Crianças que conviveram na sala de aula com sujeitos com deficiência não sabem quando adultos, que essas pessoas sentem, pensam, têm os mesmos direitos, são companheiros de trabalho e traquinagens. Porque a escola é o lugar onde todo ser humano passa. Por isso, é o locus ideal para realizar a mudança.

Há quem defenda a segregação da Pessoa com Deficiência nas instituições especiais com base em uma resposta de qualidade do atendimento individualizado. Este trabalho evidencia o quanto isso é insuficiente, o sujeito pode ser exercício em orientação e mobilidade, mas se o contexto não oferecer condições de interação, seu preparo individual torna-se inoperante. Assim, emerge o papel do CAM como Centro de especializado: complementar a ação escolar.

Em todo este processo de produção e reprodução da vida social, está inserido o/a profissional assistente social, que deve buscar superar a visão de senso comum dos fatos e trabalhar na perspectiva do acesso aos direitos. Nesta perspectiva:

Faz-se necessário perceber sua totalidade, permeada por inúmeras contradições, marcada por uma determinada historicidade, em um campo social determinado pelas relações de trabalho. Sendo assim as(os) assistentes sociais orientados por uma ética de emancipação e direitos humanos, deverão procurar direcionar suas intervenções no sentido da ruptura com a consequência da exclusão dos seres sociais da sociedade à qual pertencem por direito de nascimento (FERNANDES, 2005, p.3).

Reforça-se a necessidade de o/a assistente social perceber a realidade de cada usuário/a em suas particularidades e contradições, a fim de direcionar as intervenções profissionais ao encontro da redução das variadas formas de exclusão

pelas quais passam as pessoas com deficiência. O trabalho do/a assistente social, nessa ótica deve centrar-se no enfrentamento das expressões da questão social, reverbera FERNANDES:

[...] a(o) profissional que toma a questão social, enquanto objeto de seu trabalho, procurará legitimar e potencializar o aspecto coletivo e de enfrentamento da mesma. Por fim, tudo isso significa dizer que a profissão estaria politicamente conscientizada e avançada para ir além do imediatismo da prática cotidiana e reificada. Nessa perspectiva o Serviço Social estaria se capacitando para buscar construir coletivamente novas formas de viver em sociedade que possam comportar a dignidade e a possibilidade de expressão, de participação dos seres sociais e, ter garantido o seu lugar no social (FERNANDES, 2005, p.3).

É no contexto das desigualdades sociais que se dá a luta diária dos/as assistentes sociais, nesta temática específica, construir coletivamente a dignidade das pessoas com deficiência, a fim de potencializar e fortalecer esses sujeitos para que tenham respeito quanto ao direito de viver em sociedade com condições básicas. Nas intervenções com o grupo observou-se que eles/as passam por violações de direitos básicos, como o de ir e vir, de mobilizar-se em vias públicas, de usufruir o direito a fila prioritária ou então de assinar o próprio nome no RG¹³.

¹³ Registro Geral.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: REFLEXÕES À CERCA DOS RESULTADOS

*[...] Na vida adulta, por meio de sua prática, ela sentiu a teoria como um lugar de cura.
(Bell Hooks).*

A construção de um trabalho de conclusão de curso com base na experiência de estágio profissionalizante oportunizou um retorno a todo o processo de formação profissional. Foi necessário revisitar conteúdos e conhecimentos aparentemente esquecidos, mas que estavam ali foram apreendidos e utilizados nos momentos oportunos.

O objetivo da intervenção profissional, como inteira responsabilidade da estagiária, desde a identificação do objeto, até o planejamento, desenvolvimento e análise do processo, levou a problematizar o preconceito socialmente construído como jugo às Pessoa com Deficiência. Espera-se que essa construção teórica possa sensibilizar para o desenvolvimento de estratégias de resistências contínua frente a essa situação ainda tão presente no cotidiano dessa população.

Segundo LESSA e TONET (2010), o trabalho é um processo de prévia ideação e objetivação, a prévia ideação é um momento no qual o trabalhador exerce autonomia na sua relação com o objeto que deseja transformar.

Compreender o trabalho do assistente social no CAM implica reconhecer os processos de trabalho em que o profissional se insere, assim como a opção pelo instrumental técnico-operativo que está envolvido na resposta profissional às demandas e requisições institucionais no exercício da interdisciplinaridade que precisa ser compreendida a partir da totalidade, pois exige “condições objetivas, sociais e históricas para a sua concretude” (JORGE E PONTES, 2017, p. 185). Estes autores consideram a interdisciplinaridade como um conceito de análise, por se tratar de como o/a assistente social utiliza ou incorpora o conhecimento à sua prática profissional, e como acontece a relação e encontro com demais profissionais.

No que se refere à interdisciplinaridade, Fazenda (1999, p. 66) reverbera que “a indefinição sobre interdisciplinaridade origina-se ainda dos equívocos sobre o conceito de disciplina”. A polêmica sobre disciplina e interdisciplinaridade possibilita uma abordagem pragmática em que a ação passa a ser o ponto de convergência entre o fazer e o pensar interdisciplinar. É preciso estabelecer uma relação de

interação entre as disciplinas, que seriam a marca fundamental das relações interdisciplinares.

Assim sendo, a proposta da interdisciplinaridade é estabelecer ligações de complementaridade, convergência, interconexões e passagens entre os conhecimentos. Tendo em vista essas reflexões a interdisciplinaridade se realiza como uma forma de ver e sentir o mundo, de estar no mundo, de perceber, de entender as múltiplas implicações que se realizam, ao analisar um acontecimento, um aspecto da natureza, isto é, os fenômenos na dimensão social, natural ou cultural. É ser capaz de ver e entender o mundo de forma holística, em sua rede infinita de relações, em sua complexidade.

Outra dimensão importantíssima identificada no trabalho do Serviço Social no CAM é a intersetorialidade expressa concretamente nos encaminhamentos das demandas e requisições institucionais para atendimento nas demais políticas sociais que envolvem crianças, adolescentes e jovens, objetivando garantir que as necessidades sociais que por eles vivenciadas sejam atendidas efetivamente.

Burlandy apud Garajau (2013) refere que a intersetorialidade compõe diferentes áreas que constroem de forma conjunta, um projeto destinado ao alcance de objetivos amplos. O planejamento inclui identificar os determinantes, envolvimento dos sujeitos implicados no processo é a busca de elaboração de intervenções estratégicas para as ações setoriais e impactara diferentes proporções do problema. Garajau (2013) afirma que, a intersetorialidade é uma estratégia que remete ao trabalho em rede:

[...] uma vez perfazendo a ação intersetorial, as redes de base local e/ou regional, reclamam por valorização e qualificação na interconexão de agentes, serviços, organizações governamentais e não governamentais movimentos sociais e comunidades. Intervir em rede, na atualidade, requer que se estabeleçam, entre as diversas instituições de defesa de direitos e prestadoras de serviços, vínculos horizontais de interdependência e de complementaridade (COMERLATT, 2007, p. 269).

Garajau (2013, p. 05-06) traz que é importante destacar que, neste contexto, as redes não consistem em pontos de contato somente, mas ligados a partir das demandas apresentadas, considerando sua interdependência e complementaridade. Esta análise aponta para uma visão integrada dos problemas sociais e a necessidade de articulação para suas soluções. A este respeito, considera-se que não basta encaminhar, orientar, direcionar para a rede de serviços, é necessário

conhecê-la para desenvolver um planejamento possível de ações entre os diversos setores. Esta abordagem nos leva a perceber o trabalho em rede como fundamental para a efetivação da intersectorialidade.

O vídeo que seria elaborado como uma estratégia de resistência do grupo teria esse objetivo de intersectorialidade, o mesmo seria encaminhado até o conselho da pessoa com deficiência. Porém quando foi negada essa intervenção a estagiária pensou em outra estratégia de resistência que seria chamar o conselho até o CAM, mas o supervisor achou que não seria cabível, porque o vídeo foi uma estratégia de resistência do próprio grupo. Ficando aqui os desafios da atuação profissional como algo presente.

O projeto desenvolvido buscou refletir sobre inclusão, busca de estratégias e nesta perspectiva Mantoan (1988) refere que:

[...] inovar não tem necessariamente o sentido do inusitado. As grandes inovações estão, muitas vezes na centralização do óbvio, do simples, do que é possível fazer, mas que precisa ser desvelado, para que possa ser compreendido por todos e aceito sem outras resistências, senão aquelas que dão brilho e vigor ao debate das novidades.

As instituições sociais, os órgãos públicos devem planejar e desenvolver ações que garantam o acesso de todas as pessoas a todos os seus direitos, independente da sua condição social, física, de gênero, raça.

Uma sociedade inclusiva vai bem além de garantir apenas espaços adequados para todos. Ela fortalece as atitudes de aceitação das diferenças individuais e de valorização da diversidade humana e enfatiza a importância do pertencer, da convivência, da cooperação e da contribuição que todas as pessoas podem dar para construir vidas comunitárias mais justas, mais saudáveis e mais satisfatórias (SASSAKI, 2010, p. 172).

Santos apud Mantoan (2003, p. 79). , diz que “é preciso que tenhamos o direito de sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza” Nesta perspectiva, a declaração de Salamanca, considerada um dos principais documentos defende que:

[...] inclusão e participação são essenciais à dignidade humana e ao desfrute e exercício dos direitos humanos. Dentro do campo da educação, isto se reflete no desenvolvimento de estratégias que procuram promover a genuína equalização de oportunidades [...] ao mesmo tempo em que as escolas inclusivas preveem um ambiente favorável à aquisição da

igualdade de oportunidades e participação total, o sucesso delas requer um esforço claro, não somente por parte dos professores e dos profissionais na escola, mas também por parte dos colegas, pais, família, voluntários. A reforma das instituições sociais não constitui somente uma tarefa técnica, ela depende, acima de tudo, de convicções, compromisso e disposição dos indivíduos que compõem a sociedade (UNESCO, 1994, p. 5).

As transformações passam mudanças em estados de consciência a partir da reflexão sobre os preconceitos vivenciados cotidianamente pelo grupo e também a elaboração de estratégias de resistência a esses processos. Tal movimento previamente ideado converge com princípios ético-político do serviço social como o respeito à liberdade e autonomia dos sujeitos, assim como a luta pela cidadania e pelos direitos humanos. Tal ideação precisa passar para a objetividade da vida e para isso é preciso instrumentos que mediarão à relação entre o trabalhador/a e o objeto o qual deseja transformar.

Nas palavras seguintes, coloco-me aqui como uma pessoa em evolução e passo a falar na primeira pessoa. Durante todo processo de elaboração da prática profissional que visou proporcionar um espaço para discussão, problematização e reflexão sobre os temas abordados, contribuiu imensamente com o meu aprendizado como estagiária em formação.

Procurei também compreender a complexidade das demandas ali apresentadas, que perpassam o trabalho do Serviço Social. Observa-se ainda, o quanto relevante é o contato direto com os/as usuários através das intervenções. Em que se mostrou desafiador, mas ao mesmo tempo gratificante.

Nos diálogos do último dia da prática profissional os/as usuários trouxeram a importância das discussões, das rodas de conversa, das dinâmicas e temas ali abordados, que além dos diálogos em grupo, suscitaram interlocuções dos/as mesmos em seu núcleo familiar e social. Os/as usuários disseram também que o contato, o vínculo e convívio comigo por esse tempo foi muito bom e proveitoso. E solicitaram que eu voltasse ao grupo em outras oportunidades e ainda falaram que sentirão minha falta.

Diante tudo isso, foi muito prazeroso a construção do TCC, pois a cada parágrafo escrito me oportunizava um novo olhar sobre a vida, digo até que vou levar esse tema para minha vida, pois trago como um aprendizado, onde me vi mais humana, desde o momento em que participei da vida daquele grupo atendido no CAM, percebi que coisa tão simples no cotidiano, para eles (Pessoas com

deficiência) se tornam tão difícil de acessar. Sabe-se que houve alguns avanços, mas ainda há muito que ser melhorado em favor dessa população.

Enfim, aprendi muito com o grupo atendido no CAM, e sou grata pela oportunidade de conhecê-los, pois, ao mesmo tempo em que me entristecia saber que minha mãe com o passar do tempo poderá perder a “visão” e meu sobrinho com autismo, via forças para ajudar minha irmã que não queria aceitar que seu filho fosse autista e minha mãe, considerando que toda nossa família teme inconscientemente que ela venha a apresentar deficiência visual.

Mas hoje depois de todo o aprendizado vi que amadureci muito, me tornei um ser humano melhor, posso afirmar que prática profissional bem como o TCC me trouxe um processo de cura. Encerro trazendo as palavras da autora HOOKS (2017, p. 85-86) que diz: “Quando nossa experiência vivida de teorização está fundamentalmente ligada ao processo de autorrecuperação de libertação coletiva, não existe brecha entre a teoria e a prática”.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Lei de Diretrizes Curriculares. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social.** Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro, novembro de 1996.

ANATALINO, João. **A deficiência, na antiguidade.** 2017. Disponível em: <<https://www.recantodasletras.com.br/artigos-de-cultura/6135627>> Acesso em: 22 de Abr. de 2019.

AVILLA, Ana. **Projeto ético-político do serviço social brasileiro e o trabalho profissional,** 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/180160/102_00233.pdf?s> Acesso em: 17 de Set. de 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo, 2009.

BERGAMO, Regiane. **Educação Especial - Pesquisa e prática.** Curitiba, Ibpex, 2010.

BEZERRA, Marília. **Dificuldade de aprendizagem e subjetividade: para além das representações hegemônicas do aprender.** 2014. 157 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

BURIOLOLA, **O estágio supervisionado.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

BRASIL. **Constituição Federal de 1998.** Brasília: Senado 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 21 de Abr. de 2019.

BRASIL. **Convenção da Pessoa com Deficiência.** Disponível em: <https://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/convenc_aopessoacomdeficiencia.pdf>. Acesso em: 24 de Abr. de 2019.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: UNESCO, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 15 de Out. de 2019.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm> Acesso em: 17 de Set. de 2019.

BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** 1948. Disponível em: <<https://www.mdh.gov.br/biblioteca/declaracao-universal-dudh/cartilha-dudh-e-ods.pdf>>. Acesso em: 17 de Jul. de 2019.

BRASIL. **Decreto Legislativo 6.949, de 25 de agosto de 2009.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 20 de jun. de 2019.

BRASIL. **Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades no Rio Grande do Sul.** Disponível em: <http://www.portaldeacessibilidade.rs.gov.br/>> Acesso em: 13 de Jun. de 2019.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2018.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/panorama>. Acesso em: 15 de Out. de 2019.

BRASIL. **Legislação brasileira sobre pessoas com deficiência.** Brasília: 2013. Disponível em: http://www.portaldeacessibilidade.rs.gov.br/uploads/1411648989legislacao_portador_a_deficiencia_7ed.pdf>. Acesso em: 24 de Abr. de 2019.

BRASIL. **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. Educação Especial: história, Etiologia, Conceitos e Legislação vigente.** Bauru, 2008. Disponível em: <http://www2.fc.unesp.br/educacaoespecial/material/livro2.pdf>. Acesso em: 03 de Jun. de 2019.

BRASIL. **Organização das Ações Unidas.** Disponível em: <https://www.ctbdigital.com.br/artigo-comentarista/487>>. Acesso em: 25 de Jun. de 2019.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva de Educação Inclusiva.** 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192>. Acesso em: 19 de Set. de 2019.

BRASIL. **Política nacional de Estágios.** Disponível em: <http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/servicosocial/estagios-supervisionados/>> Acesso em: 13 de Jun. de 2019.

BRASIL. **RESOLUÇÃO CME/SB N° 04/07/CME/SB.** Disponível em: https://www.saoborja.rs.gov.br/images/conteudo/ARQUIVOS2017/smed/RESOLUO_CME-SB_N_004-2007.pdf>. Acesso em: 17 de Set. de 2019.

CARVALHO, Rosita. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”.** Porto Alegre: Mediação, 2004.

COMERLATT, Dunia et al. **Gestão de políticas públicas e intersetorialidade: diálogo e construções essenciais para os conselhos municipais.** In. Rev. Katál. Florianópolis: v. 10. n. 2. 2007.

CORRENT, Nikolas. **Da antiguidade a contemporaneidade: a deficiência e suas concepções.** 2016. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/nikolas_corrent_educacao_especial.pdf> Acesso em: 16 de set. de 2019.

COSTA, Ileno. **A doença mental no contexto dos direitos humanos e da violência.** In: Direitos humanos e violência: desafios da ciência e da prática. 2008.

CRESPO, Ana. **Pessoas deficientes, invisibilidade, saber e poder,** 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1298916664_ARQUIVO_ARQUIVO112.PESSOASDEFICIENTES,INVISIBILIDADE,SABEREPODER.pdf> Acesso em: 16 de set. de 2019.

DINIZ, Célia Regina; DA SILVA, Lolanda Barbosa. **O método dialético e suas possibilidades reflexivas.** Campina Grande; Natal: UEPB/UFRN - EDUEP, 2008.

DINIZ, Débora. **Deficiência, direitos humanos e justiça.** Sur, Rev.int. Direitos humanos, vol.6, no. 11, dez. 2009.

FAZENDA, Ivani. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa.** 4 ed. Campinas: Papirus, 1999.

FERNANDES, Idília. **A dialética das possibilidades, a face interventiva do Serviço Social.** Revista Virtual Textos & Contextos. Nº 4, ano IV, dez. 2005.

FERNANDES, Idília; LIPPO, Humberto. **A política de acessibilidade universal na sociedade contemporânea.** Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 12, n. 2, 2013.

FERREIRA, José Wesley. **Questão Social: um estudo acerca dos fundamentos teóricos estratégias metodológicas e relação teórico-prática no ensino em Serviço Social.** Porto Alegre, 2015.

FERNANDES, Sueli. **Fundamentos para educação especial.** Curitiba: 2. Ed. Ver. E atual. Ibpex, 2011, Série Fundamentos da Educação.

FIGUEIRA, Emílio. **Caminhando em Silêncio: Uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na História do Brasil.** 2008.

FOUCAULT, Michel. **A História da Loucura na Idade Clássica.** São Paulo: Perspectiva, 1979.

GADOTTI, Moacir. **Escola Cidadã.** São Paulo: Cortez, 2010.

GARAJAU, Narjara. **Reflexões sobre a intersetorialidade como estratégia de Gestão Social.** Disponível em: < <https://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/REFLEXÕES%20SOBRE%20A%20INTERSETORIALI>

[DADE%20COMO%20ESTRATÉGINA%20DE%20GESTÃO%20SOCIAL.pdf](#)> Acesso em: 19 de Set. de 2019.

GARCIA, Vinícius. **As pessoas com deficiência na história do mundo**, 2011. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/pcd-mundial>> Acesso em: 22 de Abr. de 2019.

GARCIA, Vinícius. **Pessoas com Deficiência e o mercado de trabalho-Histórico e contexto contemporâneo**, 2010. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/286387/1/Garcia_ViniciusGaspar_D.pdf> Acesso em: 17 de Set. de 2019.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. In: Serviço Social e Sociedade. Cortez editora. Ano XXI, n. 62, mar. 2000.

GUGEL, Maria. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade**. Ampid (associação Nacional dos Membros do ministério Público de defesa dos Direitos dos idosos e Pessoas com Deficiência). 2015. Disponível em <http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php> Acesso em: 22 de Abr. de 2019.

GLAT, Rosana. **O papel da família na integração do portador de deficiência, 2012**.

GLAT, Rosana. **Uma família presente e participativa: o papel da família no desenvolvimento e inclusão social da pessoa com necessidades especiais**. In: Anais do 9ª Congresso Estadual das APAEs de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2004.

HOOKS, Bell. **Ensinado a transgredir: A educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

IAMAMOTO, Marilda. **O serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação social**. 22. Ed. São Paulo, Cortez, 2012.

JORGE, Ediane Moura; PONTES, Reinaldo Nobre. **A Interdisciplinaridade e o Serviço Social: estudo das relações entre profissões**. In: Textos & Contextos (Porto Alegre), v.16, n. 1, p. 175-187, jan./jun. 2017.

KONDER, Leandro. **A totalidade, a contradição e a mediação**. 2008.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: 2. ed. Paz e Terra, 1976.

LESSA, S.; TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx**, 2010.

MAIOR, Izabel. **Breve trajetória histórica do movimento das pessoas com deficiência.** 2010.

MAIOR, I; MIRANDA, J.; BERNARDES, L. **A Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência da ONU: reafirmação do direito constitucional à saúde.** *Saúde e Direitos Humanos.* 2010.

MANTOAN, M. T. É. **A integração de pessoas com deficiência.** Contribuições para uma reflexão sobre o tema. Editora Senac. São Paulo, 1997.

MANTOAN, M. T. **Compreendendo a deficiência mental:** novos caminhos educacionais. São Paulo: Scipione, 1988.

MINAYO, Maria. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: ABRASCO, 1992.

MINAYO, Maria; DESLANDES, Suely; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: Teoria, Método e criatividade.** Petrópolis, Rio de Janeiro, 2007.

MONTEIRO, Alessandra. **Corporeidade e educação física: Histórias que não se contam na escola!** Universidade São Judas Tadeu programa de pós-graduação stricto sensu mestrado em Educação Física São Paulo, 2009.

NALLIN, A. **Reabilitação em instituição: suas razões e procedimentos. Análise de representação do discurso.** Brasília: CORDE – Coordenadoria Nacional para integração da pessoa portadora de deficiência, 1994.

NEGREIROS, Dilma. **Acessibilidade Cultural: por que, onde, como e para quem?** Rio de Janeiro, 2014.

NETTO, José. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64.** 15 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PAULA, Ana Rita; MAIOR, Izabel. **Um mundo de todos para todos: Universalização de direitos e direito à diferença.** Revista Direitos Humanos. Brasil. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília/DF, n.1, Dezembro 2008.

PEREIRA, Sofia. **As dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico operativa: particularidades e unidade,** 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/mestradoservicosocial/congresso/anais/Trabalhos/eixo4/oral/10_as_dimensoes_teorico....pdf> Acesso em: 19 de Set. de 2019.

PONTES, Reinaldo. **Mediação: categoria fundamental para o trabalho do assistente social**. Capacitação CFESS. Módulo II Políticas e Processos Sociais, Brasília, 2007.

PRATES, Jane. **O planejamento da pesquisa social**. Temporalis, n. 7, ano IV, jan./jun. Porto Alegre: ABEPSS, 2003.

PRATES, Jane. **Serviço Social e pesquisa: O método marxiano de investigação e o enfoque misto**, 2012. Disponível em: <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/VZ733F30vyYV048tULD0.pdf>> Acesso em: 17 de set. de 2019.

RIBAS, João. **O que são pessoas deficientes**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

RODRIGUES, Olga; Capellini, Vera. **O direito da pessoa com deficiência: marcos internacional**. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155248/1/unesp-nead_reei1_ee_d02_texto01.pdf>. Acesso em: 25 de Jun. de 2019.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 8ª ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SCHMIDT, Mário. **Nova História Crítica**. São Paulo: Nova Geração, 2011.

SILVA, Aline. **Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos**. Curitiba: Ibpex, 2009.

SILVA, José. **Serviço social: resistência e emancipação?** 2010. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/106702/silva_jfss_ld_franca.pdf?sequence=1&isAllowed=y&fbclid=IwAR2h56utzNI0Lq_TDkohLoXXrr3vQ-23Qa-0b7VkJaMroAUbGcvWmTESmcQ> Acesso em: 19 de Set. de 2019.

SILVA, Otto Marques. **“A Epopéia Ignorada”, “Uma Questão de Competência”, “A Integração das Pessoas com Deficiência no Trabalho”**. São Paulo: Cedas, 1987.

TAHAN, Adalgisa. **A universalidade dos direitos humanos**. In: Estudos e debates em Direitos Humanos. SILVEIRA, Vladimir Oliveira da; CAMPELO (COORD), Livia Gaigher Bósio (ORG). São Paulo: Letras Jurídicas, v. 2, 2012.

TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais. A pesquisa qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas. 1987.

UNESCO. **Declaração Mundial de Educação para Todos e Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem**. Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais, 06, 1994, Salamanca (Espanha). Genebra: Unesco, 1994.